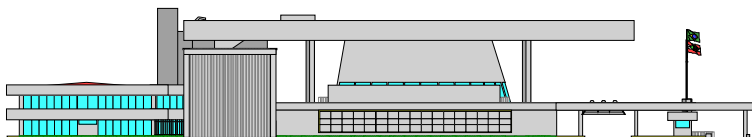


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 16 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.413

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sivio Dreveck
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 047ª Sessão Ordinária realizada em 10/05/2012.....2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....9</p> <p>Publicações Diversas Audência Pública 10 Atas de Comissões 17 Permanentes 17 Portarias 17 Projetos de Lei 19 Redações Finais 23</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Regozija-se com a posse da nova reitora da UFSC.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Cumprimenta a nova reitora da UFSC; comenta o relatório do Iprev sobre o processo das aposentadorias por invalidez na Alesc; refere-se à pesquisa do ministério da Saúde sobre o diabetes no país.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Relata sua participação no Fórum Pan-Americano de Ação sobre Doenças Crônicas não Transmissíveis, realizado em Brasília.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Destaca que a emenda ao PL 032/2012 redireciona a aplicação de parte dos recursos destinados à

fibra ótica para o setor de infraestrutura; cumprimenta o prefeito de Bom Jardim da Serra.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Declara que é papel da comissão de Finanças auxiliar a busca da forma mais eficaz para a aplicação dos recursos públicos.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Parabeniza o governador e o secretário da Saúde pelo repasse de R\$ 50 milhões aos hospitais filantrópicos do estado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende que as políticas públicas de restrição ao tabagismo sejam acompanhadas por medidas que possibilitem alternativas de renda aos fumicultores.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Ressalta a necessidade de o poder público estadual investir na recuperação de drogados.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO (aparte) - Agradece ao governador o repasse de recursos para o hospital de São José dos Cedros.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Destaca as iniciativas do governo federal na tentativa de baixar as taxas de juros praticadas pelos bancos no país; comenta a aprovação do PL n. 0032/2012.

DEPUTADO DIETER JANSSEN (aparte) - Parabeniza a presidente Dilma Rousseff pelo esforço para a queda dos juros bancários.

DEPUTADO DIETER JANSSEN (pela ordem) - Registra a presença de representantes de Massarunduba.

DEPUTADO DANIEL TOZZO - Comenta a destinação de R\$ 60 milhões para a prevenção e combate aos efeitos da estiagem no estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Classifica como sábia a emenda que deu prioridade ao setor de infraestrutura.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comenta declarações do ex-secretário da Educação, Marco Tebaldi; apela que o Executivo estadual promova o reajuste salarial de 22% para o magistério em 2012.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Relata os encaminhamentos tomados para a construção da emenda, de sua autoria, que delimitou a aplicação dos recursos do PL n. 0032/2012.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - **DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Cumprimenta o deputado Gilmar Knaesel pela habilidade na elaboração do relatório ao PL n. 0032/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidoras e servidores deste Poder, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero, na manhã desta quinta-feira, fazer o registro de um acontecimento importante na capital do estado, mais precisamente na Universidade Federal de Santa Catarina. Pela primeira vez na história da nossa UFSC, que tem mais de 50 anos, vão assumir a reitoria duas mulheres: a professora Roselane Neckel, como reitora, e a professora Lúcia Helena Martins Pacheco, como vice-reitora, em decorrência de um processo eleitoral realizado em novembro do ano passado. A posse será na noite de hoje, às 19h, no Centro de Cultura e Eventos da mesma universidade.

Quero não apenas registrar esse fato importante, duas professoras à frente da Universidade Federal de Santa Catarina, mas também a relevância da nova baliza política, programática de compreensão da universidade, da sociedade, do papel do ensino, do papel da pesquisa, do papel da extensão e do trabalho universitário voltados para uma determinada lógica de pensamento societário diferente da que vínhamos presenciando desde a fundação da UFSC. Duas mulheres que romperam com a direção política presente na universidade de forma histórica e persistente.

É evidente que tivemos diversos reitores nesse período, alguns mais abertos ao diálogo, outros nem tanto, principalmente no passado, antes da chamada redemocratização das universidades brasileiras, alguns vinculados diretamente aos setores mais fechados da sociedade, mais à direita, usando o termo tradicional, clássico, que para mim continua muito válido.

Pela primeira vez na história da UFSC o movimento popular à esquerda ganhou a administração central, a reitoria, por eleição, através do voto paritário, entre os três segmentos da instituição. A esquerda venceu a eleição com duas mulheres à frente: a professora Roselane Neckel e a professora Lúcia Helena Pacheco, que assumem na noite de hoje, repito, o comando da mais importante universidade de Santa Catarina.

Tive a oportunidade, quando jovem, de estudar numa universidade pública, oportunidade que, infelizmente, é dada a uma minoria de jovens brasileiros. Não entendo isso como um privilégio, mas como um direito da juventude, um direito da sociedade que precisa ser ampliado, pois todos os jovens do nosso país deveriam ter a possibilidade de ingressar numa universidade pública, seja federal, estadual ou municipal.

Então, tive a grata satisfação de, na primeira metade da década de 90, estudar naquela universidade e de haver participado do movimento universitário, do movimento estudantil do Centro Acadêmico, do Diretório Central dos Estudantes, enfim, do movimento universitário no seu conjunto, juntando os três segmentos e buscando, inclusive, trazer a sociedade para dentro da universidade para discutir uma proposta mais voltada para os efetivos e reais interesses e problemas da sociedade catarinense.

Buscamos fazer isso na década de 90, entendendo que a sociedade que paga pela existência da universidade através de impostos, evidentemente precisa ter um retorno maior.

Existe um retorno, mas existe também uma vinculação de caráter programático, ideológico e, por que não dizer, com os setores mais abastados da sociedade, o que faz com que os grandes monopólios acabem também controlando os desígnios e o futuro das universidades.

Então, esse histórico de militância e esse debate que continua no interior da UFSC tem sido reacendido pelo movimento estudantil, chamando os outros setores, nos últimos dois, três anos, para um movimento pela construção de uma universidade popular. Não de fazer um chalezinho ao lado para dizer que aquele é do povo. Não é isso. O conjunto da universidade precisa ser popular porque é pago pelo conjunto da sociedade, e do nosso ponto de vista é pago por aqueles que trabalham efetivamente, ou seja, pela classe trabalhadora que produz a riqueza e que financia tudo, inclusive a universidade.

A nossa alegria e satisfação é de compreender que com as professoras Roselane Neckel e Lúcia Helena Martins Pacheco poder-se-á avançar nessa direção. Evidentemente que não temos ilusões de que a universidade pode existir como uma instituição socialista no interior da sociedade brasileira atual, mas com certeza é possível redirecionar os objetivos, inclusive os orçamentos, no sentido de abrir mais a universidade para o conjunto da sociedade, especialmente para aqueles setores que historicamente não têm acesso à universidade e para aqueles que não têm uma vida melhor proporcionada pelo conhecimento produzido na universidade, pela extensão produzida pela universidade.

Então, a nossa alegria é de ter claro que podemos dar alguns passos nessa direção a partir deste momento, inclusive pelo conjunto de pró-reitores, diretores, coordenadores que também estarão fazendo parte da nova administração.

A partir desta tribuna e deste modesto mandato de deputado estadual, como filho de agricultor pobre, de um praça da Polícia Militar, portanto pobre, que teve a oportunidade de estudar numa universidade federal, repito, não o privilégio, pois deveria ser um direito de todos os jovens brasileiros, e ter a possibilidade de a partir daqui parabenizar a comunidade universitária pela decisão, bem como parabenizar todos aqueles que participaram de forma democrática do processo e a todos os militantes do movimento universitário que construíram esta possibilidade, especialmente as professoras Roselane e Lúcia, que a partir de hoje serão reitora e vice-reitora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Era esse o registro que gostaria de fazer, sr. presidente. Estaremos presente no ato de posse e, com certeza, viremos a esta tribuna para falar mais a respeito do assunto no decorrer do mandato das duas professoras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, de antemão também queremos cumprimentar a nova reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Roselane Neckel, e sua vice-reitora, a professora Lúcia Helena Martins Pacheco, porque esse é um marco histórico na nossa universidade, pois depois de 50 anos temos não apenas uma reitora, mas uma vice-reitora e aquela universidade continuará em boas mãos.

Quero também cumprimentar o reitor Álvaro Prata, que continua no cargo, pelo bom

trabalho realizado à frente da UFSC, um reitor também arrojado nas suas determinações. Queremos parabenizá-lo também porque estará assumindo um cargo de extrema importância na Secretaria Nacional no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, parabéns à nova reitora e ao ex-reitor Álvaro Prata, que representará o povo de Santa Catarina em Brasília.

Sr. presidente, quero repercutir o que diz a manchete de capa do *Diário Catarinense*: "Iprev vai pedir o cancelamento de 30 aposentadorias". São as aposentadorias por invalidez que foram construídas ao longo dos anos nesta Assembleia Legislativa por irresponsabilidade de muitas pessoas, não de poucas.

Esse levantamento do Iprev, diga-se de passagem, é uma resposta ao povo de Santa Catarina, mas continua tendo o meu questionamento, porque dos 211 aposentados por invalidez permanente - e esse relatório já deveria ter saído em junho do ano passado -, 87 são considerados realmente inválidos.

Comparando esses números com a estatística nacional de serviço público, poderíamos ter aqui, no máximo, 60 funcionários aposentados por invalidez permanente. No entanto, o Iprev já disse que há 87 que realmente foram considerados inválidos.

Sei das dificuldades em realizar uma perícia em vários servidores depois de tanto tempo, mas, de qualquer maneira, já temos uma prévia de que 30 aposentadorias deverão ser canceladas, além das que já vieram para cá, o que já é uma resposta ao povo catarinense. Mas a verdade é que ainda há 114 aposentadorias com indícios de irregularidade. Espero apenas que o Iprev não leve mais um ano para nos dar uma resposta, porque dois é demais, é motivo para fechar o Iprev também. Trinta dias é tempo suficiente para realizar a perícia em 211 funcionários e emitir os relatórios. Por mais que haja defesa jurídica, ela não está relacionada com os levantamentos médicos periciais.

Então, quero parabenizar parcialmente o presidente do Iprev, Adriano Zanotto, e dizer que estamos aguardando nesta Casa o resultado final desse trabalho, até porque por onde andamos somos questionados sobre o andamento desse processo.

Também quero referir-me, deputado Volnei Morastoni, à estatística apresentada pelo ministério da Saúde, atentando para o fato de que 5,6% dos brasileiros são portadores de diabetes.

Sabemos que no mundo contemporâneo, no qual vivemos submetidos a condições de estresse, pouca atividade física e alimentação irregular, ficamos mais vulneráveis ao aparecimento dessa doença.

Desses 5,6% de brasileiros que possuem a doença, as estatísticas mostraram que aqueles com menos escolaridade registraram um índice menor. Já entre as pessoas com segundo grau completo ou mais, o índice da doença chegou a 8,7%, ao passo que entre as pessoas que possuem apenas ensino fundamental, o índice ficou em 3,7%.

Isso nos leva a crer que essa estatística está incorreta, deputado Dieter Janssen, porque na realidade quem está informando que possui diabetes são as pessoas mais esclarecidas, justamente aquelas que procuram com mais frequência os médicos, as que fazem *check-up*, acompanhamentos mais rigorosos.

Então, faço aqui esse registro de que esses números apresentados pelo ministério da Saúde, com certeza, são inferiores à realidade nacional. E se partirmos da premissa

de que temos 200 milhões de habitantes e colocarmos, em média, 6% portadores do diabetes, teremos no Brasil algo em torno de 12 milhões de doentes, o que é um índice significativo.

Por isso é importante que a secretaria de Saúde do estado trabalhe os programas preventivos de orientação à sociedade catarinense, até mesmo porque Florianópolis foi a 5ª cidade no ranking nacional da doença e é a cidade onde mais se pratica exercícios físicos entre as capitais do país, uma cidade onde os índices de qualidade de vida são superiores à média nacional das grandes cidades e capitais.

Outro fator importante no controle do diabetes são os programas educacionais nas escolas, principalmente de escolas públicas, onde as refeições geralmente não seguem critérios rigorosos de nutrição. Esse é um fator preponderante que também leva as crianças a desenvolverem a doença quando estiverem com mais idade, e nesse caso chamamos de doença silenciosa, porque no início nada se sente.

O diabetes é uma doença que está acompanhada de outras patologias metabólicas, como altas taxas de colesterol, triglicérides etc.

Por isso o nosso registro da importância de se ter mais cuidado, principalmente nos programas preventivos das prefeituras municipais e do governo do estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Na sequência, em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, estive participando nos dois últimos dias, em Brasília, do Fórum Pan-Americano de Ação sobre as Doenças Crônicas não Transmissíveis, que reuniu 36 países das três Américas, representantes do governo, dos Paramentos, das universidades, do setor privado e da sociedade civil.

Tive a honra de representar a Unale, que é a nossa União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, naturalmente também representei a nossa Casa e a comissão de Saúde.

Numa reunião de que participei em Cuba, na cidade de Havana, realizada pela Confederação Parlamentar das Américas, fui escolhido vice-diretor da comissão da Saúde da referida Confederação e designado por essa instituição para representá-la não somente nesse evento, mas em outros que acontecerão em Natal e em Assunção, no Paraguai.

Será um encontro dentro de temário que é decorrente da reunião da ONU, que no ano passado realizou um encontro mundial de chefes de estado e presidentes para chamar a atenção do mundo. E felizmente conseguiu o seu intento, ou seja, chamar a atenção do mundo para o problema das doenças crônicas não transmissíveis, que são muitas. Geralmente citamos apenas quatro grupos: câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas. Mas há muitas outras doenças crônicas não transmissíveis, como as neurológicas: mal de Alzheimer, mal de Parkinson e tantas outras.

Nós poderíamos falar das doenças renais, poderíamos falar das doenças dermatológicas, poderíamos falar de tantas outras doenças mentais e das doenças reumatológicas, que também são crônicas não transmissíveis.

Com relação a estes quatros grupos de doenças que citei primeiramente, câncer,

diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas, cada vez mais as políticas públicas se voltarão para desenvolver ações para conter o seu avanço. Mas os países precisam sair da intenção, da boa vontade e dos discursos e passar para a prática e desenvolver ações governamentais urgentemente, articulados com o setor privado, com as organizações não governamentais, com universidades e assim por diante.

É intenção de que até 2025, portanto temos uma década pela frente, possamos reduzir os índices de mortalidade nessa área em 25%, o que representará uma grande economia para as nações e para a sociedade em geral.

Entre os principais fatores de risco para essas doenças o mais importante é o tabagismo, que é responsável por mais de 30% de todos os tipos de câncer. Mas já se avançou bastante. A ONU firmou, em 2006, o primeiro tratado de saúde pública do mundo. E o Brasil, que felizmente é signatário desse tratado, também já avançou bastante.

No meu primeiro mandato de deputado estadual, em 1995, fumava-se no plenário, fumava-se nos corredores, fumava-se nos gabinetes, fumava-se nas salas de reuniões. Eu subia nesta tribuna com uma máscara apenas para denunciar essa situação insuportável.

Hoje não se fuma mais no plenário, nas salas de reuniões, nos corredores desta Casa. Esse é um exemplo claro dos avanços em termos de conscientização dos males do tabagismo.

Em Nova York, no ano passado, tive a oportunidade de assistir ao prefeito Bloomberg falar sobre os avanços da cidade nessa área, pois lá não se fuma mais nem nas praças nem nas praias.

O segundo maior causador dessas doenças é a má alimentação. Infelizmente, ainda temos muito que avançar e um dos temas apresentados nesse encontro foi o acordo firmado com a indústria brasileira para começar a controlar o sal nos alimentos. As pesquisas mostram que o brasileiro consome, em média, 12 gramas de sal por dia. É um alto teor. O objetivo é que até 2020 possamos reduzir para cinco gramas/dia, pois o excesso de sal causa hipertensão, que por sua vez causa enfartes e derrames.

Portanto, sobre isso vamos ter muito que falar, porque há um programa muito interessante promovido pelo ministério da Saúde, que na primeira etapa inclui cinco estados brasileiros, inclusive Santa Catarina. Devemos começar a reduzir o sal do pãozinho francês de todo dia, que faz parte do café dos brasileiros.

Além do sal, há o problema dos açúcares, das gorduras trans e o controle da obesidade. Eu sempre cito que quando me formei médico e fui fazer pediatria, o principal problema das crianças brasileiras era a fome, a desnutrição. Hoje essa realidade mudou, pois mesmo entre as crianças do Programa Bolsa Família, as pesquisas demonstram o excesso de peso e a obesidade por erro na alimentação, por falta de orientação, de informação.

Outro grave problema é o sedentarismo, e aí há um dado interessante que pude observar nesse encontro: muitas cidades estão apresentando projetos de ciclovias, de calçadas onde as pessoas possam andar, de espaços públicos de lazer, como quadras poliesportivas e academias de ginástica. Há, inclusive, um dado interessante a esse respeito: se houver um espaço público com equipamentos para ginástica, para a prática de esportes próximo da residência, 30% a mais da população participa dessas atividades.

A quarta causa é o uso abusivo de álcool e em outras oportunidades gostaria de relatar essas experiências e traduzir isso em propostas concretas, em projetos de lei, para que esse Parlamento possa participar dessa grande empreitada mundial que se espalha pelos países, mas que tem que se espalhar pelos estados, pelas cidades e pelas instituições comunitárias, para que possamos vencer esse enorme desafio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, grande representante de Palhoça e da Grande Florianópolis, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, para ressaltar a importância do dia de ontem, das sucessivas reuniões da comissão de Finanças e Orçamento, da qual faço parte, também a ação conjunta das comissões de Transporte e Desenvolvimento Urbano, da qual ocupo a presidência, juntamente com a comissão de Constituição e Justiça, onde pudemos dar celeridade ao processo para captação de recursos junto ao BNDES, no valor de R\$ 611 milhões.

É preciso ressaltar que para buscar financiamento é preciso ter capacidade de endividamento, e o estado tem feito o seu papel. O governo Raimundo Colombo e Eduardo Moreira tem desenvolvido, através da secretaria da Fazenda, o seu trabalho, possibilitando a capacidade de endividamento para os investimentos necessários para Santa Catarina.

Foi muito polemizada essa situação ontem, porque na vertente desses recursos existiam aproximadamente R\$ 170 milhões que estariam destinados à fibra ótica, mas que num entendimento com o próprio secretário da Fazenda e o governo, parte desse recurso foi remanejada para a infraestrutura.

A parte que tocava à Defesa Civil para a contenção de cheias foi retirada uma parte para amenizar o sofrimento de aproximadamente 45 mil famílias no oeste de Santa Catarina em função da longa estiagem.

Houve vários apelos veementes feitos tanto pelo deputado Jean Kuhlmann, quanto pelos deputados Marcos Vieira e Plínio de Castro, além de outros. O relator foi o deputado Gilmar Knaesel e realmente acredito que chegamos a um entendimento.

Um dos apelos que fizemos ao governo foi para que destinasse parte desses recursos, deputado Aldo Schneider, para viabilizar a rodagem dos bitrens nas SCs, porque o Deinfra, ao nosso entender, equivocadamente, praticamente impossibilitou o trabalho desses veículos. Mas com a sensibilidade do próprio secretário do governo, deputado Valdir Cobalchini, com a participação da Fetranesc e deste Parlamento, houve o relaxamento da medida e os bitrens estão rodando normalmente.

Entretanto, é preciso que haja uma adequação do sistema rodoviário catarinense à realidade que estamos vivendo e para isso há necessidade de investimentos maciços na infraestrutura, tornando o estado mais musculoso e competitivo para agir num mercado perverso e globalizado.

Voltando aos recursos da Defesa Civil, a possibilidade de fazer duas frentes, uma na área de estiagem e outra na área de prevenção de cheias, creio que foi uma atitude sensata, coerente e lógica do Parlamento, porque as duas regiões e suas populações carecem de ajuda.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao líder do PMDB.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. deputado, gostaria de ratificar as falas de ontem em relação ao trabalho executado, durante 60 dias, pela comissão de Finanças e Tributação. Não tínhamos o objetivo, e nem temos esse direito, de tirar nem de colocar recursos para fazer isso ou aquilo, agora a comissão de Finanças e Tributação, no mérito do processo, tem a obrigação de, pelo menos, definir a destinação dos recursos que estão sendo alocados através de financiamento do BNDES.

E foi exatamente isso que fizemos ao longo de 60 dias. Se não construímos a proposta ideal, pelo menos construímos a possibilidade de criar as rubricas orçamentárias para que o governo, através das secretarias da Defesa Civil, da Infraestrutura, da Administração, da Justiça, possa executar os programas necessários ao desenvolvimento de cada área.

Entendo que o objetivo primeiro do projeto que adentrou a esta Casa era aprovar um financiamento de R\$ 611 milhões e ponto. O que fizemos, repito, foi criar as condições para que o governo estadual pudesse destinar parte desses recursos para aplacar as consequências nefastas da estiagem no oeste. Logicamente que esses recursos serão gastos em três anos e durante esse período o governo terá outras alternativas para atender aos problemas decorrentes das estiagens e das cheias.

Então, não vejo problema nenhum. Entendo que foi um voto muito claro no sentido de abrir essa questão da Defesa Civil para atender tanto às obras de prevenção contra as cheias quanto da estiagem.

Gostaria de deixar registrado isso, parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e agradecer-lhe pelo apoio na comissão.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, v.exa. foi um dos grandes articuladores desse arranjo, justamente intermediando as tratativas entre o Parlamento e governo, para que se pudesse chegar a uma solução.

Quero aproveitar o ensejo para registrar a presença do amigo Ilton Luiz Machado, prefeito de Bom Jardim da Serra, e informar-lhe que, no meu primeiro pronunciamento como líder da bancada do Partido Progressista, enalteci o seu município, a sua administração, que é compartilhada com vários companheiros, inclusive com o grande amigo Rivaldo Macari. Todos estão orgulhosos com o reconhecimento, por parte da Confederação Nacional dos Municípios, que o município de Bom Jardim da Serra é o número 1 em gestão fiscal no Brasil, num universo de mais de cinco mil municípios. Isso demonstra o excelente desempenho prefeito e da sua equipe e dignifica o homem público, mostrando que vale a pena fazer política com seriedade.

Prefeito Ilton Luiz Machado, aproveitando esta oportunidade e na esteira do financiamento de R\$ 611 milhões, que servirão para a recuperação, revitalização e humanização das rodovias catarinenses, informo a v.exa. que vai adentrar a este Parlamento um projeto que solicita a anuência desta Casa para que o estado contrate um financiamento de R\$ 3 bilhões junto ao BNDES, com carência de cinco anos, juros acessíveis e 30 anos para pagar, como forma de compensação pela perda do ICMS de importação a partir de 1º de janeiro de 2013, recursos esses que também serão destinados para melhorar a infraestrutura do estado.

V.Exa. tem reiteradamente solicitado recursos para implantação da última fase do projeto Caminho das Neves, nos aparados da serra. Esperamos que o governo contemple nesses recursos essa obra, para que efetivamente o município faça a sua parte e o governo federal possa alocar os recursos necessários, viabilizando definitivamente essa integração de gaúchos e catarinenses, elevando ainda mais o potencial turístico do planalto serrano, que estará interligado ao litoral.

Por essa razão, sr. presidente, é com muita satisfação que usamos a tribuna na manhã desta quinta-feira para, na condição de presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e como membro da comissão de Finanças e Tributação, agradecer a este Parlamento pela sensibilidade, coerência e posição firme em garimpar esses recursos para que possamos atender não só à Defesa Civil, mas também a questão da fibra ótica e da infraestrutura de todo o estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Dieter Janssen, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alecs Digital.

Rapidamente gostaria de parabenizar e agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Dalmo Claro de Oliveira, ao secretário-adjunto Acélio Casagrande o repasse de R\$ 50 milhões à área da saúde, especificamente para os hospitais filantrópicos.

Ontem alguns deputados destacaram esse fato desta tribuna. Estiveram presentes os deputados das regiões atendidas e as diretorias de hospitais de todas as regiões de Santa Catarina. A nossa região, que compreende as cidades de Schroeder, Massaranduba, Corupá, Guaramirim, São João de Itaperiú, Barra Velha, particularmente Jaraguá do Sul, e também algumas cidades vizinhas - São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra -, foi bem atendida.

Os nossos dois hospitais, o Hospital São José e a Hospital e Maternidade Jaraguá, têm diretorias importantes, com pessoal responsável e equipe médica bastante significativa.

No dia de ontem foi contemplado o Hospital e Maternidade Jaraguá, e estiveram presentes o sr. Rodolfo Francisco Hufenüssler, que é o responsável pela ampliação e reforma do hospital, o deputado Carlos Chiodini, que é da nossa região, este deputado, bem como o secretário de Desenvolvimento Regional Lio Tironi.

Fomos contemplados com R\$ 3 milhões, uma parcela dos R\$ 50 milhões destinados para todo o estado de Santa Catarina. Esses R\$ 3 milhões serão utilizados da seguinte maneira: R\$ 1,5 milhão para a ampliação do hospital e R\$ 1,5 milhão para a compra de equipamentos, visto ser um hospital muito conhecido na área de maternidade e pediatria. Os recursos serão também usados na área de cardiologia para atender todo o vale do Itapocu e também a serra.

Não queremos deixar de registrar um assunto que vimos debatendo nesta Casa, que é a questão da tabela do SUS. Ontem o governador Raimundo Colombo levantou a necessidade urgente de fazer a readequação da tabela do SUS. Durante a audiência pública que

debateu essa questão, colocamos a necessidade de sensibilizar a presidente Dilma Rousseff no sentido de que se coloque a saúde como prioridade. Há muitas discussões importantes a serem feitas, como a reforma política e a reforma tributária, mas é preciso dar uma atenção bastante especial à saúde.

Sabemos das boas intenções da nossa presidente, que vem combatendo a corrupção com vigor. Sabemos que ela vem desenvolvendo grandes projetos, como o Minha Casa, Minha Vida. Somos defensores de tudo isso e temos certeza de que dias melhores virão. Todos nós trabalhamos pelo mesmo objetivo, mas é importante a questão levantada pelo governador da necessidade de reajustar a tabela SUS.

Segundo informações que obtivemos na audiência, de um custo aproximado de R\$ 1.000,00 por um procedimento médico, o SUS repassa para os hospitais apenas 36%, ou seja, R\$ 360,00. Isso faz com que os hospitais fiquem completamente defasados e no vermelho.

Sabemos que há necessidade de investimentos para que tenhamos centros cirúrgicos mais modernos. Sabemos o quanto custa manter atualizados os equipamentos. Sabemos o que custa manter uma equipe médica competente. Então, há realmente a necessidade de que os estados e o governo federal, em conjunto, deem uma atenção especial à adequação da tabela do SUS.

Parabéns ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Dalmo Claro de Oliveira! Que juntos possamos construir uma tabela do SUS mais justa para médicos e hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, acompanhei atentamente a manifestação do deputado Volnei Morastoni sobre a questão do fumo. Lembro que tivemos nesta Casa debates acalorados com relação aos fumicultores, que têm perdido espaço no estado de Santa Catarina. Na época nos manifestamos no sentido de que o governo deveria encontrar alternativas para os fumicultores, ou seja, formas de fazer uma transição para que esses produtores, deputado Daniel Tozzo, migrassem para outras culturas que lhes permitissem continuar a sustentar suas famílias.

Hoje já não se permite fumar em quase nenhum ambiente fechado. Nos ambientes públicos também é proibido: restaurantes, salas de reuniões, hotéis. Enfim, a saúde tem sido preservada com essas ações. Mas o governo, os sindicatos e as federações devem encontrar uma solução para os produtores, sugerindo outro tipo de produto e financiando essa mudança, pois no começo as dificuldades serão muitas. Se assim for feito, resolver-se-ão dois problemas: o econômico e o de saúde pública.

Tenho a felicidade de não ter fumado nenhum cigarro até hoje e sei, como não fumante, o que já sofri, o que era ficar em ambiente fechado convivendo com os fumantes, deputado Volnei Morastoni.

A desculpa dada é sempre a proteção dos produtores! Então, vamos buscar financiamento para que os produtores de fumo passem para outra cultura e tenham capacidade de geração de renda que lhes permita promover o sustento da família.

É o caso da coca e da maconha na Bolívia e na Colômbia. Estes países justificavam que precisavam e dependiam dessas culturas que se destinavam para fins médicos, para fabricação de produtos farmacêuticos. Mas sabemos que, na verdade, toda a produção era voltada à produção de cocaína, que leva à morte milhares de pessoas em todo o mundo.

Sr. presidente, na questão dos hospitais, vejo que o governador Raimundo Colombo tem uma atenção especial com o assunto, que o secretário Dalmo de Oliveira é uma pessoa a quem reputo como preocupada com os investimentos na saúde em Santa Catarina, no sentido de equipar e ampliar os hospitais. Mas há ainda uma falha muito grande, que é a questão do tratamento dos dependentes químicos. Os nossos hospitais não estão preparados para atender aos usuários de álcool e muito menos aos usuários de crack, maconha e cocaína. Dependem, tanto o estado de Santa Catarina como o Brasil, das ONGs, sendo que a grande maioria delas é organizada e mantida por pessoas que têm algum familiar que conseguiu sair do vício.

Nós estivemos com o deputado Ismael dos Santos em Brasília, na Secretaria Nacional Antidrogas, e lá a secretária apresentou programas que estão disponíveis para todos os municípios brasileiros. O problema é que esses programas são pouco divulgados, pois existem muitas verbas do governo federal à disposição dos municípios para trabalhar a implementação de clínicas e também programas de prevenção e de recuperação de adictos.

Na verdade, os nossos hospitais não têm como misturar, num mesmo ambiente, gestantes, recém-nascidos, idosos com problemas de saúde e usuários de drogas.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao ilustre deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Maurício Eskudlark, estou ouvindo seu discurso e quando v.exa. fala sobre drogas, não posso calar-me diante de um fato sobre o qual estou trabalhando há mais de três anos.

Tramita nesta Casa, infelizmente está parado numa comissão, projeto de lei de origem governamental, sobre o qual trabalhei arduamente no final do governo de Leonel Pavan, destinando um percentual do Fundo Social para as clínicas de reabilitação.

A presidente Dilma Rousseff já fez um grande serviço nessa área, que foi tirar as clínicas de reabilitação do setor da saúde, porque quando elas estavam com a saúde, havia uma exigência muito grande na questão sanitária, o que inviabilizava o funcionamento das casas de recuperação.

Há em Santa Catarina em torno de 2.500 leitos de reabilitação, todos em entidades que trabalham por amor. É como v.exa. falou: alguém que teve uma experiência desse tipo na família e que quer ajudar outras pessoas. E muitas vezes a Vigilância Sanitária exigia condutas como se as clínicas fossem hospitais. E não são. A ideia não é essa. Parece-me que há pessoas que preferem ver o camarada morando na rua, drogando-se, do que dentro de um estabelecimento recuperando-se. Mas a presidente Dilma Rousseff, por decreto, fez essa mudança, o que já representou uma ajuda bastante grande.

Quanto ao projeto a que me referi, os recursos seriam destinados a um fundo estadual de combate às drogas e destinados às entidades para melhorarem suas condições de atendimento.

Não dá mais para continuar como está. Vai chegar o Dia das Mães e quantas delas vão chorar por conta dos filhos que estão perdidos nas drogas?! É um caso de saúde pública.

No Rio de Janeiro, o governo estadual, deputado Plínio de Castro, faz o seguinte: constrói a parte física da clínica de reabilitação e entrega a administração, deputado Dieter Janssen, para uma ONG. Além disso, o governo auxilia o custeio repassando um *per capita* por paciente internado.

Em Santa Catarina o Proerd faz um trabalho fantástico de prevenção, mas o problema é que já temos toda uma geração doente, que precisa ser atendida e essa obrigação é do poder público. Os drogados geram problemas de segurança, de saúde e familiar. A drogadição é um câncer que devemos extirpar. Mas nesse câncer a quimio e a radioterapia são as clínicas de reabilitação.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputado Kennedy Nunes, incorporamos o seu aparte ao nosso pronunciamento, porque sabemos que v.exa. tem muita preocupação com ele.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Deputado Maurício Eskudlark, estamos acompanhando a sua defesa, como homem da Segurança Pública, das clínicas de reabilitação e, sobretudo, sua preocupação com o combate às drogas e, por consequência, com as entidades filantrópicas e os hospitais de Santa Catarina.

V.Exa. acompanhou as audiências públicas do Orçamento Regionalizado no oeste de Santa Catarina, que contou com a presença do presidente e de membros da direção da Federação dos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina. Recebemos um relatório completo dessa instituição sobre as dificuldades das entidades da região de Chapecó, Maravilha e Joaçaba.

Assim, quero aproveitar sua generosidade e agradecer ao governador de Santa Catarina, que teve muita sensibilidade e destinou para o nosso hospital, uma entidade pequena, mas importante para municípios da região, R\$ 790 mil através de convênio. Quero ser justo, porque praticamente estamos reconstruindo a área física da nossa instituição. Da mesma forma, queremos agradecer ao governo federal, à presidente Dilma Rousseff e ao ministério da Saúde, porque nos destinou uma verba de R\$ 1,2 milhão. Por sua vez, a instituição colocou R\$ 420 mil de recursos próprios e os municípios de São José do Cedro e Princesa estão-nos ajudando também.

Por isso, quero agradecer a v.exa., que tem gestionado a favor da nossa instituição e que tem uma grande preocupação com as entidades que prestam serviços relevantes a Santa Catarina.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Agradeço aos deputados Kennedy Nunes e Plínio de Castro, que é presidente da Associação Hospitalar de São José dos Cedros.

Sr. presidente, todos devemos envolver-nos no combate, na prevenção e na recuperação do indivíduo que está envolvido com drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Dirce Heiderscheidt e não havendo mais deputados do PMDB interessados em ocupar a tribuna, ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomei à tribuna no horário do meu partido dias atrás para falar sobre questões de conjuntura nacional, inclusive sobre a luta para baixar os juros no Brasil e da importância dessa luta.

Pois bem, muitos fatos ocorreram, inclusive uma suposta reação da Febrabam contestando a eficácia da queda dos juros, mas essa reação foi prontamente desmentida, especialmente ontem e anteontem, pela direção da entidade e dos bancos, que estão anunciando agora que vão baixar os juros, indicando apoio à presidenta Dilma Rousseff.

Eu me refiro a isso porque a presidenta entrou em campo de forma efetiva nessa luta para a queda dos juros. Não querendo plagiar o ex-presidente Lula usando a sua frase, "nunca antes neste país", mas o fato é que talvez nunca antes um presidente se empenhou tanto para a queda dos juros bancários.

E a prova que de fato essas medidas têm dado resultado é que dois dos maiores bancos privados do país, o Itaú e o Bradesco, anunciaram que preparam reduções de juros cobrados de empresas e pessoas físicas.

Evidentemente que essa cruzada iniciou com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que já fizeram três reduções de juros; os bancos privados fizeram uma redução, mas estão anunciando agora novas reduções. Entendemos que a queda dos juros é importante para o aquecimento da economia, para efetivamente podermos melhorar a situação do Brasil, uma situação que já dá inúmeros sinais positivos nos últimos anos.

Recentemente, foi divulgada uma matéria fazendo o comparativo da massa salarial do primeiro trimestre de 2012 com o primeiro trimestre do ano passado, constata-se que houve um crescimento de 6,2%.

(Passa a ler.)

"No primeiro trimestre deste ano, a massa salarial, nas seis principais regiões metropolitanas, cresceu 6,2% acima da inflação em relação ao mesmo período de 2011, impulsionada pela alta de 18,8% na construção civil, de 7,9% nos chamados outros serviços (alojamento, transportes, limpeza urbana e serviços pessoais) e de 7,2% no segmento que engloba a administração pública até educação, saúde e serviços sociais."

Ou seja, o crescimento da massa salarial é importante e veio também, no caso da construção civil, através do reajuste de 14,1% do salário mínimo, que ajudou a impulsionar o rendimento real, que atingiu 12,2% no primeiro semestre, tendo sido influenciado também pela escassez de mão-de-obra, segundo o economista Rafael Bacciotti.

Falamos em escassez de mão-de-obra porque nossa economia está aquecida e temos uma taxa de desemprego das menores que este país já teve, ao contrário das taxas europeias, onde a crise está muito grande, levando, inclusive, à mudança de governo na França nas últimas eleições, com a derrota do presidente Nicolas Sarkozy, que se deu

exatamente por ter sido uma eleição plebiscitária em relação à política econômica, cujo fracasso vem acompanhado do fracasso de outros países, como a Grécia e a Espanha.

Então, temos uma Europa em crise, com taxas de desemprego crescente, e o Brasil com taxas crescentes de emprego, com o crescimento da massa salarial, com a redução da taxa de juros e com o aumento do movimento da construção civil, que é muito importante e decorre também do Minha Casa, Minha Vida, que dá oportunidade de aquisição da casa própria para milhares de pessoas.

Sabemos que temos que avançar muito, que temos muito a melhorar, mas esperamos que essa política conduzida de forma forte e coerente pela equipe do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff possa continuar, pois o crescimento da economia e da massa salarial, associado à redução de juros trará mais benefícios para a grande maioria da população. Ao contrário do que dizia, em outros anos, o ex-ministro Delfim Neto, não é preciso deixar o bolo crescer para distribuir", demonstrou-se que distribuindo renda o bolo cresce melhor e com mais justiça, porque só há razão para o crescimento se ele for partilhado.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Nobre deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, assim como a presidenta Dilma Rousseff pelas providências tomadas no sentido de baixar as taxas de juros.

Sempre acompanhamos pelos jornais e por toda a mídia as notícias acerca dos lucros dos bancos privados em nosso país. Enquanto v.exa. falava, estava lembrando de uma matéria que li na revista *Veja* ou *Exame*, não tenho certeza, mostrando a matemática dos bancos e como justificam esses altíssimos juros, colocando a culpa na inadimplência. Na realidade, o lucro é muito alto e suga o dinheiro do catarinense e do brasileiro, e isso não podemos aceitar.

Com muita coragem, a presidenta Dilma Rousseff mexeu nessa questão, o que propiciará um maior acesso ao crédito, o que, com certeza, fará muita diferença na hora do trabalhador pagar parcelado quando adquirir uma geladeira, um fogão, uma roupa, enfim, qualquer coisa. Inclusive, citei um exemplo de Jaraguá do Sul, com relação ao pagamento da pavimentação asfáltica: ou o cidadão paga à vista ou paga parcelado em um ano e meio, caso em que o valor quase dobra. É impossível trabalhar dessa maneira e com certeza é um dos problemas que está atrapalhando o crescimento do país.

Então, mais uma vez, parabéns a nossa presidenta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Dieter Janssen. Acho que a sua contribuição é importante e espero que efetivamente essa política nacional possa ser fortalecida cada vez mais.

Antes de encerrar, aproveite o último instante deste horário para fazer um breve comentário sobre um projeto aprovado ontem, referente a um empréstimo que o governo do estado está tomando junto ao BNDES, no valor de R\$ 611 milhões, deputado Serafim Venzon.

Esperamos que o governo agilize os trâmites para a efetiva execução das obras planejadas. Mas de tudo aquilo que o governo está planejando fazer com esse recurso, chamam a atenção três áreas fundamentais. A primeira delas é o combate às cheias no vale do Itajaí, que é a região mais atingida. Mas existem outras regiões que também precisam auxílio nesse sentido, inclusive Concórdia, onde

há um grande plano de combate a alagamentos, que ainda não recebeu nenhum centavo do governo. Acho que é importante o governo olhar para todos os municípios do estado.

A segunda área importante, deputado Daniel Tozzo, são as estiagens, principalmente no oeste, onde causou sete desastres ambientais graves nos últimos dez anos. Porém, o sul do estado, deputado José Milton Scheffer, também passou por problemas sérios relacionados à estiagem.

Dessa forma, os problemas de estiagens, assim como o de enchentes, não são um "privilégio", entre aspas, do vale do Itajaí, podem ocorrer em qualquer região do estado. É claro que há maior incidência em determinadas regiões e a região mais atingida é a oeste.

A terceira área fundamental é a infraestrutura. É importante que nossas rodovias sejam recuperadas, até porque há rodovias estaduais em péssimo estado de conservação e espero que o governo, com esses recursos, efetivamente promova as melhorias necessárias para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dieter Janssen.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Pier Gustavo Berri, do vice-prefeito Armino Sésar Tassi e de agricultores de Massaranduba, onde recentemente ocorreu a belíssima Fecarroz, na qual estivemos presente.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dieter Janssen, pelo registro.

Esta Presidência dá às boas-vindas aos representantes e agricultores de Massaranduba.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o sr. presidente, os srs. parlamentares, a sra. deputada Luciane Carminatti, os visitantes que assistem a esta sessão, os catarinenses que estão-nos acompanhando através da Rádio Alesc Digital e da TVAL.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao deputado Narcizo Parisotto pela forma com que conduziu a sua licença que eu pudesse assumir novamente uma cadeira neste Parlamento, dedicar-me aos trabalhos, buscar recursos e trazer reivindicações, principalmente da região oeste.

Quero agradecer ainda a recepção carinhosa e dizer que estou muito feliz por trabalhar num gabinete tão importante e tão dedicado ao estado. Esforçar-me-ei muito para continuar os trabalhos da melhor forma possível.

Vivemos, na última terça-feira, um dia polêmico nesta Casa com a votação da PEC do Corpo de Bombeiros. Recebi diversas manifestações muito favoráveis, outras não tanto, mas é preciso ressaltar o respeito e a forma educada com que se houveram neste plenário as diversas instituições que aqui estiveram.

Realmente casa lotada, casa cheia. Acho que foi um exemplo de disciplina e fico feliz em ver que as nossas corporações, tanto a militar, quanto a voluntária, respeitam a democracia. Acho que foi um belo exemplo a ser seguido.

Quero dizer que votei de acordo com a minha consciência, que está tranquila. Consultei diversos municípios e quero deixar claro que o Corpo de Bombeiros Militar pode contar comigo em projetos futuros ou em qualquer reivindicação. Mas eu defendi e aprovei, sim, a PEC porque cada vez que uma vida for salva em Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa, seja por um bombeiro militar ou por um voluntário, vou lembrar-me desse voto.

Outro assunto bastante debatido ontem, numa sessão até conturbada, foi a destinação dos recursos da Defesa Civil. Fiquei muito feliz em contemplar o estado de Santa Catarina inteiro e acho que o deputado Neodi Saretta colocou muito bem quando disse que a seca está no oeste, mas também está em outras regiões de Santa Catarina, assim como as cheias.

Eu trabalho no agronegócio, na agroindústria, e sei das dificuldades que o grande oeste de Santa Catarina enfrenta. Os nossos produtores rurais, que fizeram financiamento contando com a receita da lavoura, aqueles que compraram animais e que contavam com a renda da produção e que até tinham uma margem de segurança de 30%, com a seca perderam tudo. Eu pergunto: como esses produtores vão pagar a conta? Ainda bem que o governo federal vem reduzindo os juros das suas instituições bancárias: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Os outros bancos vão seguir o mesmo exemplo. Isso ajuda!

Eu respeito os deputados que votaram contra, mas o oeste de Santa Catarina precisa de ajuda. Eu presenciei casos de caminhões pipas buscando água em outros municípios. Isso produz um impacto não somente no momento da seca, porque os produtores que se desfizeram dos seus animais ou que tiveram que sacrificá-los, pensam até em mudar de vida. Como esses agricultores vão ter ânimo para continuar na atividade, se aqui não tomarmos algumas atitudes, inclusive dividindo o dinheiro da Defesa Civil?

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. pelo extraordinário trabalho que fez no ano passado nesta Casa, quando foi convocado por conta da coligação PMDB, DEM, PTB.

Com relação à distribuição dos R\$ 611 milhões que foram emprestados pelo BNDES, quero dizer que além desse dinheiro existe o compromisso do governo federal de viabilizar mais R\$ 3 bilhões, como compensação das perdas que ocorrerão em função da aprovação da Resolução n. 72.

Então, foi muito sábia a iniciativa da comissão de Finanças, que é quem julga o mérito, de repartir em cinco grandes partes os R\$ 611 milhões, entre elas uma parte para a revitalização de algumas rodovias, que estão há 30 anos asfaltadas, mas nas quais nunca foi feita uma manutenção.

Já nos presídios serão investidos R\$ 60 milhões e mais R\$ 60 milhões para implantação de fibra ótica no território catarinense, pois precisamos levar a internet a todo o estado de Santa Catarina, a fim de fazer o que chamamos de inclusão digital.

É desejo do governo investir R\$ 200 milhões no vale do Itajaí para obras de

contenção das cheias, mas havia a preocupação de, através de emenda, alocar R\$ 60 milhões para minimizar os efeitos da seca no oeste de Santa Catarina.

Então, estão de parabéns os deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, mesmo porque o projeto que aprovamos aqui tiveram o "de acordo" do governador Raimundo Colombo, do secretário da Fazenda, Nelson Serpa, do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, do secretário da Administração, Milton Martini, e da secretária da Justiça e Cidadania, deputada Ada De Luca, a quem estão vinculados os presidios.

Com a aprovação desse projeto, o governo do estado terá à disposição um instrumento político e econômico para atender a todas as necessidades, sem prejudicar de nenhuma maneira a região do vale do rio Itajaí-Mirim.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, por suas colocações.

Realmente o impacto econômico em nosso estado é bastante grande, e tenho certeza que medidas preventivas são muito importantes para que no ano que vem, quem sabe, se a estiagem voltar a castigar o oeste ou se as cheias voltarem a assustar o vale do Itajaí, tenhamos uma situação melhor e estejamos mais preparados para enfrentá-las.

Já temos que enfrentar o fechamento para obras do aeroporto de Chapecó, o que compromete o setor hoteleiro, imaginem a questão da agricultura!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero, em primeiro lugar, agradecer aos deputados das comissões de Finanças e de Constituição e Justiça a aprovação dos recursos destinados à prevenção da estiagem e também das cheias. Mas quero fazê-lo abordando outro tema que, parece-me, demonstra o quanto esse problema não atinge apenas os municípios castigados pela estiagem, deputado Daniel Tozzo, no caso da grande região oeste.

Muitas famílias de agricultores, no período da estiagem, quando percebem a redução da produção e da renda, acabam achando que a única alternativa é abandonar o meio rural e deslocar-se para outras regiões, principalmente para o litoral catarinense.

Então, o fenômeno da estiagem no oeste acaba atingindo todo o estado de Santa Catarina e é por isso que os deputados precisam ter um olhar mais solidário e comprometido com o desenvolvimento de Santa Catarina.

Se olharmos as periferias da Grande Florianópolis, encontraremos, com certeza, muitas famílias vindas do oeste de Santa Catarina. Se perguntarmos por que vieram parar em Florianópolis, talvez muitos digam que vieram em busca de emprego e de uma renda melhor, porque a lavoura não lhes garantia mais isso.

Então, quando conseguimos aprovar, no dia de ontem, R\$ 60 milhões para a prevenção à seca, estamos antecipando-nos, para que esse fenômeno possa ser minimizado, pelo menos.

Assim, quero parabenizar os colegas e dizer que foi um gesto que valorizou os agricultores atingidos pela estiagem, que precisam não apenas de obras de prevenção à seca, mas de ajuda para sobreviver agora. Muitos estão amargando prejuízos neste

momento e estão enfrentando o problema de falta de renda.

Hoje os prefeitos também estão enfrentando o impacto nas receitas com a queda da sua arrecadação. Então, precisamos atacar em duas frentes: na prevenção e na garantia de renda neste momento.

Mas quero, srs. deputados, fazer uma manifestação com relação à greve dos professores, que foi encerrada na última terça-feira depois de uma assembleia estadual. Como não poderia deixar de ser, estive em todas as assembleias estaduais da categoria desde o ano passado e quero registrar que chocou muitos professores a manifestação do ex-secretário de Educação, quando tratou das finanças dessa área.

Ele assumiu no dia 1º de março sua cadeira na Câmara Federal e afirmou ao repórter da *Rádio Som Maior*, ao vivo, que lhe perguntara sobre a questão do salário e do piso, o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] o estado teria condições de pagar o piso de R\$ 1.451,00. A minha ideia era diferente [...], estabelecer um cronograma de parcelamento [...] De fato aperta um pouco, mas se o estado quiser, tem dinheiro [...], o estado tem dinheiro; a Educação financia parte do estado, dos poderes [...], depois disto vai para o caixa geral do estado [...] O gestor da educação não sabe o que acontece [...], nós não sabemos nada [...], recebemos uma cota e o dinheiro [...], o governo usa o dinheiro para pagar os inativos, o ensino superior, as bolsas de estudos [...] R\$ 104 milhões para bolsas, salário da Educação Especial, do Ciasc." [sic]

Essa manifestação está provocando uma reação muito forte por parte dos educadores, através das redes sociais, que questionam, por exemplo, o conteúdo da fala. Para nós não é novidade, mas agora parte de alguém que até pouco tempo era responsável pela gestão da Educação em Santa Catarina. Outro detalhe importante é a autoria, ou seja, deputado Kennedy Nunes, o ex-secretário da Educação é quem afirma que o dinheiro não vai somente para essa área.

Como disse, para nós não é novidade, pois desde o ano passado estamos percebendo que o Tribunal de Contas faz observações e ressalvas acerca das contas do governo nessa área. Mas quero dizer que isso continuará sendo objeto de discussão, de denúncia e também de acompanhamento de nossa parte.

Ontem, dia 9 de maio, após a suspensão da greve, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação retomou a discussão do reajuste de 22% para 2012, que o governo estadual quer jogar para 2013. É importante que o governo faça um esforço e pague esse reajuste ainda em 2012, porque em 2013 haverá novo reajuste.

Após a negociação que está sendo feita entre o governo e o sindicato, uma nova tabela provisória deve vir a esta Casa adequando esse percentual na carreira do professor. E nós precisamos cobrar do governo do estado agilidade, muito embora o seu compromisso seja de duas negociações por semana até o final deste mês, após o que o projeto virá para os parlamentares apreciarem a tabela provisória.

Por que digo provisória? Porque é preciso recompor os níveis com relação à carreira e à progressão que foi aprovada na assembleia da categoria em Lages, que trabalha com seis níveis e dez referências, conforme abaixo:

· A diferença entre profissional de Magistério e nível superior não deve ser inferior a 63%;

· A diferença entre nível superior com especialização não deve ser inferior a 20%;

· A diferença entre superior e mestrado não deve ser inferior a 50% (em relação ao nível superior.)

Além disso, existe a progressão nos níveis a qualquer tempo. Ou seja, se entro como concursada com graduação e concluo o mestrado ou doutorado, automaticamente passo a ter esse percentual sem aguardar prazo algum.

Da mesma forma, a progressão nas referências deve acontecer anualmente com 40 horas de curso e os cursos devem ser financiados pelo estado respeitando autonomia de cada escola.

Então, esse é o debate colocado pela categoria que estamos acompanhando. Queremos dizer que cabe ao governo demonstrar boa vontade e adequar as finanças conforme o próprio secretário de Educação afirmou. Dinheiro da Educação tem que ficar na Educação, para a Educação, sem financiar qualquer outra despesa do estado.

A categoria pede ainda que não haja punição com relação a esses 16 dias de greve e aguarda um calendário que ficou sob a responsabilidade do governo apresentar: um calendário de reposição.

Então, é esse o nosso recado e a nossa manifestação.

Sr. presidente, obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0342/2011, de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0190/2012 e 0191/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0192/2012 e 0193/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0194/2012, 0195/2012, 0196/2012 e 0204/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0197/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0198/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0199/2012, 0200/2012, 0201/2012, 0202/2012, 0203/2012 e 0208/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen; 0205/2012 e 0206/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0207/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0463/2012, 0464/2012, 0465/2012 e 0466/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0467/2012 e 0468/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0469/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0470/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0471/2012, 0472/2012, 0473/2012, 0474/2012, 0475/2012, 0476/2012, 0477/2012 e 0478/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0479/2012 e 0480/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0481/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Pedido de Informação n. 0036/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o relatório final da auditoria especial que apurou a denúncia de licitação dirigida na secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador, Escola Básica Orlando Dotti, objeto do processo PSEF n. 40004104/SEF n. 00019448/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa e todos que nos acompanham nesta sessão.

Ainda fazendo o rescaldo da votação de ontem, é extremamente importante passar algumas informações para que fiquem registradas nos anais da Casa e não fique a impressão de que, no dia de ontem, aprovamos a retirada de recursos para a prevenção de cheias, deslocando-os para a prevenção à estiagem. Não foi esse o objetivo, não foi essa a intenção e não foi o que aprovamos.

É importante ressaltar que há muito tempo o governo buscava parceria para financiamentos nacionais ou internacionais e conseguiu agora, junto ao BNDES, uma linha de crédito expressiva no valor de R\$ 611 milhões. Para sua consecução precisava da autorização legislativa. A comissão de Finanças e Tributação detectou que o projeto tinha que ter informações adicionais, no sentido de que pudéssemos ter certeza de quais áreas seriam beneficiadas.

Assim, procedemos ao primeiro pedido de informação junto ao Poder Executivo, especialmente à secretaria da Fazenda e depois às demais secretarias, para obtermos a listagem das áreas e setores nos quais os referidos recursos seriam investidos. Na ocasião houve a possibilidade de vinda de secretários a esta Casa, no sentido de exporem o seu posicionamento e sua visão da matéria.

Houve uma falha, uma lacuna, que devemos ressaltar mais uma vez: a Defesa Civil. Infelizmente, não chegou às mãos do secretário Geraldo Althoff o convite para participar dessa discussão interna na comissão de Finanças. As informações, entretanto, foram prestadas via ofício, no tocante ao valor e às áreas que seriam atendidas em cada município.

Como na fase final da discussão eu estava em viagem internacional, o deputado Aldo Schneider, líder da bancada do PMDB, juntamente com o presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, fizeram a condução do processo junto às secretarias específicas no sentido do entendimento final. Já na segunda-feira, com o nosso retorno, já com o presidente marcando a pauta da votação, terminamos o relatório e tomamos cuidado para fazer ainda os contatos com as áreas específicas. Eu fiz

um contato telefônico com o secretário Geraldo Althoff, colocando a situação. Ele desconhecia essa realidade dos recursos que seriam alocados para a área de contenção de secas. Disse-lhe que havia um entendimento com o secretário da Fazenda, encaminhado pelos deputados Marcos Vieira e Aldo Schneider. Ele fez um contato com a Fazenda, o que me deu a garantia de que não haveria dificuldade para o encaminhamento da forma como havia sido acordado com os deputados.

E dessa forma fizemos o relatório, que foi aprovado ontem, aqui em plenário, com exceção do deputado Jean Kuhlmann e de outros deputados que a ele se associaram, que pretendiam que os recursos fossem integralmente para a contenção de cheias.

Eu sou do vale do Itajaí, minha principal base eleitoral lá está, mas em primeiro lugar sou catarinense, preciso ter a visão do estado. Além disso, como relator da matéria minha responsabilidade é maior ainda. Recebi emendas de vários deputados e quero dizer que conheço a realidade do oeste de Santa Catarina, tenho base eleitoral naquela região também e fiz de forma muito consciente o meu relatório final no sentido de alocarmos recursos também para a contenção das secas em nosso estado.

Então, de forma transparente e democrática, como sempre agi em todos os setores em que atuei nesta Casa, seja na Presidência ou nas comissões técnicas, tentei conciliar os interesses da maioria dos deputados, pois, afinal de contas, estamos num Parlamento onde todos temos o direito e o dever de defender nossos pontos de vista e atender à sociedade da melhor forma possível.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Gilmar Knaesel, não posso fazer nenhuma ressalva ao que v.exa. falou com relação a sua atitude muito transparente e conciliadora. Quero apenas colocar uma preocupação referente a um erro do governo, que não mandou junto com o projeto a destinação, o carimbo, deixando-nos sem saber como e onde seriam gastos os recursos.

A minha preocupação é que como se trata do BNDES, se houver alguma mudança no projeto, tudo volta à estaca zero. Por isso a minha preocupação e o governo agora que corra atrás para fazer a coisa não voltar à estaca zero lá no BNDES.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado, e realmente a sua preocupação é pertinente, mas o secretário da Fazenda, Nelson Serpa, do qual todos conhecem o caráter e o trabalho, disse-me que os técnicos já fizeram contato com o BNDES e

que não há óbice por daquela instituição financeira em remanejar parte dos recursos para minimizar o problema das estiagens. Nós tivemos essa preocupação e esse cuidado, deputado Kennedy Nunes, para não ter problemas lá na frente.

Deputado, sei que v.exa. teve dificuldades ontem, na votação, mas colocou-se muito bem no sentido de dar apoio ao nosso relatório, e por isso quero agradecer-lhe. Sei que v.exa. tem uma base eleitoral no vale do Itajaí, principalmente em Brusque, Botuverá e Guabiruba, cidades que também sofrem com as cheias. Contudo, de forma muito consciente olhou para o estado como um todo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, quero cumprimentá-lo pela habilidade, pela sensibilidade ao listar aquelas cinco áreas: infraestrutura, cabeamento ótico, presídios, cheias e estiagem. Certamente que esses R\$ 611 milhões serão insuficientes para atender tudo, mas sabemos que o governo federal tem a disposição de viabilizar mais recursos, também através do BNDES, com os quais o governador poderá dar seguimento às obras planejadas.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - V.Exa. foi parceiro importante na aprovação.

Para finalizar, sr. presidente, quero fazer uma referência muito especial ao secretário Geraldo Althoff, que conheço há muito tempo, uma pessoa que não é por acaso que foi escolhida para secretário da Defesa Civil, uma pessoa competente, politicamente hábil e com quem conversei longamente durante a discussão. Sei que ele está irmanado nesse processo, principalmente na questão da estiagem, que também é uma área que a Defesa Civil precisa atender.

Por isso, quero fazer uma referência especial ao secretário, que foi prejudicado na discussão, mas com certeza haverá outros momentos em que seremos mais parceiros...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 283, de 16 de maio de 2012

Altera o Ato da Mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, que "Dispõe sobre o uso das dependências de acesso público do Palácio Barriga-Verde".

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 16 do Ato da Mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16....."

§ 1º O uso do Auditório Antonieta de Barros para os eventos a que alude o *caput* será autorizado pelo Diretor-Geral ou pelo Chefe de Gabinete da Presidência.

§ 2º Cada Deputado poderá realizar, de forma não cumulativa, um ato parlamentar solene por sessão legislativa." (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 284, de 16 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial composta pelos servidores abaixo relacionados, para, sob a coordenação do primeiro, propor medidas administrativas para a implantação de Plano de Saúde aos parlamentares e servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Matrícula	Nome	Sector Representado
1756	Neroci da Silva Raupp	Diretoria Geral
1527	Marcelo Augusto Costa Richard	Procuradoria
1039	Victor Inácio kist	Consultoria Legislativa
0938	Vanio Cardoso Darella	Diretoria Financeira
0935	Ricardo Cascaes Sabino	Diretoria de Recursos Humanos
2125	Alexandre Melo	SINDALESC
2091	Izauro Luiz Pereira	AFALESC
20585	Lezir Maria Carpes	AFIPOLESC

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 285, de 16 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0889/2012,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **JUPIRA DE OLIVEIRA**

NOBRE, matrícula nº 1324, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-29, a contar de 20 de novembro de 2008.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 286, de 16 de maio de 2012

Constitui Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, individualizado, para a partir de 17/05/2012, apurar as condições em que foram concedidas as aposentadorias por invalidez dos servidores apontados pelo ofício nº 518/2012, de 14/05/2012 do IPREV que, de acordo com conclusão pericial expedida pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração considera a capacidade laborativa dos servidores do Poder Legislativo.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, individualizado, integrada pelos servidores **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA**, matrícula nº 2186, que presidirá os trabalhos, **CECÍLIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, **JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA**, matrícula nº 0424, **ALDO LUIZ GARCIA**, matrícula nº 1094 e **MARCELO DE PAULA RIBEIRO**, matrícula nº 1475, com os encargos de, no prazo de 30 (trinta dias), prorrogáveis por igual período, apurar as condições em que foram concedidas as aposentadorias por invalidez, e a responsabilidade dos servidores membros da Junta Médica da ALESC que assinaram os laudos médicos dos servidores apontados pelo ofício 518/2012, de 14/05/2012 do IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, ficando revogados os Atos da Mesa nºs 326 e 327, de 20 de setembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O CONTROLE DA IMPORTAÇÃO DO LEITE E DOS DERIVADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA ORIUNDA DO URUGUAI E DA ARGENTINA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2012, ÀS 9H, EM PINHALZINHO/SC

Aos treze dias do mês de abril de 2012, às 9h, no Salão Paroquial Católico de Pinhalzinho, Município do oeste de Santa Catarina, realizou-se audiência pública para debater o controle da importação do leite e dos derivados do Estado de Santa Catarina oriunda do Uruguai e da Argentina. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, abriu a audiência desejando boas-vindas a todos e afirmando que aquele evento acontecia através da Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Agricultura e Política Rural, que estava sempre atenta para discutir problemas daquela natureza, como naquele momento a situação da bacia leiteira não só do Estado, mas do País, preocupação que foi originada pela entrada de produtos advindos de países vizinhos com os quais o Brasil mantém relações internacionais e, acima de tudo, pelas relações do Mercosul, onde tem livre comércio com todos os países. Em seguida, agradeceu a todos pela presença, ressaltou a parceria e o empenho da Fetaesc na organização e realização daquele evento, e chamou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural; o Deputado Estadual Neodi Saretta; o senhor Airtton Spies, Secretário Adjunto de Estado da Agricultura e da Pesca, representando o Governador do Estado, senhor João Raimundo Colombo; o senhor Fabiano da Luz, Prefeito de Pinhalzinho; o Deputado Federal Celso Maldaner; o senhor Wilson Warmling, Secretário de Estado interino de Desenvolvimento Regional de Maravilha; o senhor José Walter Dresch, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); o senhor Irineu Berezanski, coordenador da Câmara Setorial do Leite de Santa Catarina; o Vereador João Alfredo Schmatz, da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho e os demais Vereadores presentes; a senhora Irma Kessler, agricultora de Cunha Porã, dos agricultores presentes; o senhor Gilmar de Almeida Gomes, chefe do Departamento de Engenharia de Alimentos da Udesc de Pinhalzinho; e o

senhor Arno Pandolfo, presidente da Cooperitaipu, das cooperativas da região. Ato contínuo, citou a metodologia de trabalho que seria aplicada àquela audiência, declarando que faria a exposição das razões que o levaram a solicitar a realização daquela audiência pública, depois passaria a palavra aos membros da mesa e à plenária e, por fim, seriam feitos os encaminhamentos, numa tentativa de resguardar a produtividade da cadeia leiteira do Estado de Santa Catarina. Dito isso, afirmou que nos últimos 25 anos a cadeia leiteira catarinense havia se desenvolvido muito, fazendo com que os agricultores que residiam no interior também se desenvolvessem e tivessem melhoria na qualidade de vida, o que não acontecia há 25 anos, 30 anos, quando o agricultor tinha somente na safra a sua única moeda, na qual se concentravam basicamente todas as suas relações comerciais com a cidade, o comércio e a indústria. Continuando, disse que atualmente o leite havia trazido nova oportunidade ao agricultor para que ele pudesse, mês a mês, honrar os seus compromissos, investir na sua propriedade, melhorar a sua qualidade de vida, e declarou, com toda a segurança, que 95% das famílias de pequenos agricultores do oeste de Santa Catarina dependiam basicamente do leite, que representava não somente qualidade de vida, mas também a permanência do agricultor no interior dos Municípios. A seguir, salientou que o fato que o preocupava muito era a concorrência desleal que estava acontecendo em relação ao produto brasileiro, principalmente de produtos advindos de países vizinhos, como o Uruguai, o Chile e a Argentina. Com relação à Argentina, registrou que o Brasil possuía cota estimulada de importação, que atualmente girava em torno de 3.600 toneladas por mês, mas que com o Uruguai o Brasil não possuía relação internacional de fixação de parâmetros e limites para a entrada de produtos, e, para que pudessem entender melhor o que estava falando, citou que a quantidade mandada pelo Uruguai para o Brasil no ano de 2011 havia sido superada no dobro somente nos três primeiros meses de 2012. Posto isso, reafirmou que aquele fato era muito preocupante, porque se o produto entrava no Brasil a um custo inferior ao custo de produção de 1 litro de leite no interior dos Municípios de Santa Catarina, a consequência seria uma queda considerável de preço, que ainda não havia acontecido, mas que em São Paulo já estavam antevendo a possibilidade de, naquele mês, terem problemas com o preço do leite, em virtude do aquecimento de mercado com a entrada de produtos de outros países. Em seguida, disse que os agricultores enfrentavam uma grande estiagem e que a duras penas estavam conseguindo honrar os seus compromissos, mas a um custo muito alto, porque no período em que faltava água a produtividade caía e, por

consequência, aumentava o preço, coisa que não estava acontecendo em função da entrada de produtos de outros países para suprir o mercado interno brasileiro. Continuando, falou que era preciso fazer com que o mercado estivesse seguro, com que o agricultor tivesse segurança em continuar com aquele modelo de pequena propriedade, que a cada dia se aperfeiçoava mais, e afirmou que os agricultores estavam cumprindo a Normativa 51, estavam se adaptando às restrições, que era uma adaptação de mercado, mas que também era preciso dar a ele segurança para que, ao investir na sua propriedade, tivesse o retorno devido do seu investimento. Portanto, deixou claro que era preciso definir com urgência as normativas de mercado internacional, a fim de se tentar garantir o modelo existente atualmente. Dito isso, tomando como referência o leite em pó, mas deixando claro que também estava entrando iogurte, queijo, manteiga, enfim, os derivados do leite, citou dados referentes às importações da Argentina e do Uruguai. Também disse que em abril de 2009 havia sido assinado um acordo com a Argentina estabelecendo a cota de 3 mil toneladas de leite em pó por mês; que com o Uruguai não havia sido possível fazer um acordo em 2009 e por conta disso o Ministério da Agricultura havia imposto cota de 10 mil toneladas em todo o segundo semestre para o Uruguai; que em 2010 o acordo com a Argentina havia sido renovado e a sua cota ampliada para 3.300 toneladas por mês, sendo que nada havia sido feito com o Uruguai; e que em 2011 o acordo com a Argentina havia sido renovado com uma nova cota de 3.600 toneladas por mês, sendo que mais uma vez nada havia sido feito com o Uruguai. Ainda registrou que em 2008, antes do acordo com a Argentina, o Uruguai representava 15% do mercado brasileiro de leite em pó, que em 2010 a participação havia crescido para 29% e que em 2011 havia chegado à casa de 42%, o que era extremamente preocupante e fazia com que estivessem ali reunidos naquela audiência pública para discutir o assunto e colher os melhores encaminhamentos, salientando que em Brasília o Deputado Federal Celso Maldaner, juntamente com os Parlamentares que representavam aquela região e a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, poderia ser o porta-voz de todas as tratativas ali discutidas. Concluiu afirmando que aquela discussão não era partidária, não era oposicionista, mas de encaminhamentos, de tratativas para garantir a situação atual vivida pelos agricultores e pelas agroindústrias estabelecidas na região, que estavam investindo muito por ali, inclusive com a Udesc também trabalhando em pesquisas, e que toda aquela cadeia precisava de resguardo e segurança. Na sequência, fixou três minutos para a saudação dos membros da mesa e, de imediato, passou a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Agricultura e Polícia Rural da Assembleia Legislativa**, que cumprimentou os presentes e parabenizou o Deputado Mauro de Nadal pela iniciativa de propor a realização daquela discussão. A seguir, disse que falar de leite era muito fácil, porque conhecia a atividade, mas que não se podia olhar somente para o presente, sendo necessário se preparar para o futuro, e perguntou se aquela região teria a cadeia do leite como atividade de inclusão, de permanência dos agricultores na terra, ou seria o mesmo destino que o da suinocultura, cuja maioria dos produtores com vinte anos, trinta anos de atuação abandonou a atividade. Dito isso, salientou que aquele era o centro do debate, ou seja, se realmente tinham o leite como perspectiva futura de incluir, de dar oportunidade aos agricultores que se encontravam na atividade. Em seguida, afirmou que nos últimos vinte anos tinha havido o crescimento daquela atividade na região e que o leite tinha migrado de grandes propriedades, principalmente do Centro-Oeste do Brasil, como de Minas Gerais e Goiás, para a agricultura familiar no Sul, tendo sido uma atividade que se encaixou muito bem naquela região de pequenas propriedades e com alta produtividade. Também salientou que outro desafio existente para os agricultores, as lideranças e as indústrias da região era como incluir a agricultura no processo e como construir um modelo de transferência de renda. [*Taquigráfica-Revisora: Siomara G. Videira.*] Ainda disse que o leite era uma questão econômica importante para a região, pois havia sido articulado todo um setor industrial que gerava emprego e renda à população, e que não existia somente a indústria de agregação de valor, mas também a indústria de equipamentos e o conjunto de atividades que estavam envolvidos na cadeia produtiva do leite. Continuando, afirmou que naquela região o leite era conhecido como ouro branco, havendo grande transferência de renda de um produto que ia para os grandes centros e que voltava na forma de dinheiro para a cidade, gerando o desenvolvimento local. Ato contínuo, declarou que era preciso discutir políticas públicas naquele sentido, debatendo efetivamente a questão da importação do leite. Posto isso, comentou sobre o término do acordo com os países do Mercosul, principalmente com a Argentina e com o Uruguai, dizendo que um novo acordo com a Argentina já havia sido realizado, faltando o acordo com outros países, principalmente com o Uruguai. Também afirmou que todos os países do Mercosul queriam vender os seus produtos, havendo a política de troca, que deveria ser controlada, caso contrário seria desmontada a perspectiva de organização do mercado interno brasileiro, tanto das indústrias quanto dos agricultores. Prosseguindo, disse que os produtores de leite deveriam continuar lutando pelo crédito, citando que o Pronaf havia sido a política que fomentara a questão do leite no final da década de 1990, pois criara políticas públicas subsidiadas que foram fundamentais aos produtores de leite do Estado. Dito isso, questionou se o Brasil topava entrar na perspectiva de construir uma política de regulação de produção e de

mercado, ou se as pessoas ficariam simplesmente na lei da oferta e da procura. Em seguida, lembrou que o Brasil havia produzido o excedente de dez bilhões de litros de leite nos últimos dez anos, que fora absorvido pelo mercado, porém, o saturamento do mercado era iminente, alertando que aquele enfrentamento necessitava ser discutido. Ainda comentou sobre a regulação da produção e sobre quais seriam as maneiras de se agregar mais valor ao leite, dizendo que já existiam pesquisas e ações naquele sentido, como a criação de novos produtos derivados do leite. Encerrando, afirmou que, como Parlamentar e membro da Comissão de Agricultura vislumbrava o futuro do Estado ainda voltado à agricultura familiar e aos pequenos produtores, salientando que Santa Catarina deveria entrar com políticas públicas de financiamento, além do devido acompanhamento técnico e científico da questão. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, chamou à mesa dos trabalhos o senhor Adelar Zimmer, vice-presidente Regional da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), e registrou a presença do senhor Cláudio Post, presidente da Cooperativa Regional Auriverde, de Cunha Porã; do Prefeito Antônio Ulsenheimer, de Saudades; do Prefeito Elio Pedro Hoss Godoy, de São Carlos; do Prefeito Claudinei Senhor, de Serra Alta; do senhor Celso Inácio Lermen, gerente-geral da Aurora, de Pinhalzinho; do senhor José Luiz Lorenzini, coordenador estadual das Casas Familiares Rurais; do senhor Amarildo Marin, vice-presidente da Ascooper; além das Casas Familiares Rurais dos Municípios de Modelo e de Saudades, representadas pelos alunos do curso Técnico em Zootecnia. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Nedi Saretta**, que falou que as questões pontuadas naquela audiência pública eram de relevante importância para o Estado. Sobre o Mercosul, registrou que quando este fora criado havia gerado algumas vantagens ao Brasil, que evidentemente foi beneficiado com a abertura do mercado. Porém, disse que com o passar dos anos o Mercosul havia gerado complicações e até desvantagens, confessando que achava difícil de entender o fato de o Uruguai, um país pequeno, deter 40% do mercado de leite em pó no Brasil. Continuando, disse que o Brasil precisava ter normas protetivas, impondo regras que protegessem a produção nacional de leite. A seguir, comentou sobre o povo brasileiro ter aumentado o consumo diário de leite, com o aumento da renda, o que atraía os olhares dos investidores e especuladores dos outros países ao mercado brasileiro. Ato contínuo, afirmou que aquela era uma região de alta produtividade, o que explicava a grande expansão da bacia leiteira. Ao final, também disse que a produção de leite era um dos grandes fatores econômicos do oeste do Estado, além de ser responsável pela manutenção daqueles produtores familiares nas suas propriedades rurais, salientando que a manutenção daquela produção deveria ser priorizada e incrementada, pois cumpria não somente um importante papel econômico, mas também social porque mantinha as famílias produzindo nas suas propriedades. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, registrou a presença do senhor Aristue Foletto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena; do senhor Delci Valentino, representando o Deputado Federal Valdir Colatto; do senhor Moacir Bernardi, presidente da Cooperatarina e da Cooperfronteira; do Vereador Nestor Hickmann, de Saudades; do senhor Paulo Rogério Anhaia, engenheiro agrônomo, representando a Prefeitura de Mondai; do senhor Flávio Hübner, Secretário Municipal de Agricultura de Saudades; do senhor Giovanni Ogliari, zootecnista da Tirol, de Pinhalzinho; da Vereadora Silvana Maria Battisti Bugnotto, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho; da Vereadora Lenice Giaretta Locatelli, de Sul Brasil; e da senhora Eliandra Nirlei Ross, representando a Unoesc de Pinhalzinho, convidando-a a fazer parte da mesa de honra. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Deputado Federal Celso Maldaner**, que disse que aquela audiência pública ajudaria na discussão sobre a questão da importação do leite; que afirmou que semanalmente ocorriam reuniões da Subcomissão Permanente da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, sendo aquela uma Subcomissão criada especialmente para acompanhar a cadeia produtiva do leite no País, principalmente a questão da importação; e que falou que inicialmente havia uma cota de importação de 3 mil toneladas/mês, mas que naquele momento a cota era de 3,6 mil toneladas, no acordo realizado com a Argentina, registrando que se estava tentando o mesmo acordo com o Uruguai, mas infelizmente até aquele momento sem sucesso. Ato contínuo, registrou que na semana seguinte se reuniria com o Ministro da Agricultura e que se reuniria recentemente com o Ministro Fernando Pimentel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, afirmando que desejava a união daquele Ministro com o Ministro da Agricultura e com o do MDA no sentido de estipular uma cota em relação ao Uruguai. Dito isso, explicou que o problema que ocorria em relação ao Uruguai era a triangulação existente, dizendo que em janeiro de 2012 haviam entrado no Brasil 5.183 toneladas de leite provenientes da Argentina, apesar de o acordo firmado com aquele País limitar a entrada de leite no Brasil em apenas 3,6 toneladas por mês; que em fevereiro haviam entrado 3.166 toneladas; em março, 3.887. Somando aqueles números, falou que em três meses haviam sido importados da Argentina 12.235 toneladas de leite, resultando em uma média de 4.078, e afirmou que aqueles números, mesmo não representando um grande problema, deveriam diminuir. Também disse que o problema era com o Uruguai, afirmando que nos últimos dez anos a média de leite importado daquele

País não ultrapassara 1.000 toneladas por mês; porém, em janeiro de 2012 haviam entrado 6.221 toneladas; em fevereiro, 3.650 toneladas; e no mês de março, 2.637 toneladas, totalizando 12.508 toneladas, o que resultou em uma média mensal de 4.169 toneladas de leite importadas do Uruguai. Prosseguindo, comentou o leite vir não somente dos países do Mercosul, mas do mundo todo, inclusive de países da Europa e dos Estados Unidos. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.] A seguir, informou que em 3 de janeiro foram 11.753 toneladas; em fevereiro, 7.366 toneladas; em março, 8.962 toneladas, chegando a 28.081 toneladas, dando uma média, dentre todos os países do mundo, de 9.360 toneladas. Também afirmou que aquilo era muito leite e, para que as pessoas melhor pudessem compreender, transformou aquelas toneladas em litros, chegando à conclusão de que entre janeiro e fevereiro foram 214 milhões de litros de leite e acrescentando que aquilo era um problema. Ainda disse que a região talvez não tivesse sentido tanto aqueles números em função da estiagem, mas que em algumas regiões do Brasil o preço do leite chegou a baixar 50%. Prosseguindo, contou que o Brasil importava leite em pó, queijo, vários tipos de derivados, inclusive leite UHT, acrescentando que em 2011 importou-se 1.205 toneladas de leite UHT, 2.085 toneladas de soro e 3.232 toneladas de queijo. Também informou que participaria, na segunda-feira seguinte, de uma reunião em Chapecó a fim de se fazer a pré-pauta para dez conferências do setor leiteiro que ocorreriam em dez Estados brasileiros, todas ainda no primeiro semestre de 2012; e que dia 14 de junho estariam no Paraná, dia 15 de junho em Santa Catarina e dia 16 de junho no Rio Grande do Sul, explicando que haviam escolhido o oeste porque 72% de todo o leite era produzido no grande oeste. Prosseguindo, avisou que seria a I Conferência do Leite em Santa Catarina e que a ideia era reunirem em torno de três mil produtores e membros da cadeia produtiva para terem mais força; falou que depois das conferências estaduais pretendiam fazer a conferência nacional, com a criação de um conselho nacional do leite para que tivessem mais força política perante os Ministros e para poderem tratar principalmente da questão relativa à importação. Parabenizando o Deputado Mauro pela iniciativa da audiência pública, convidou todos a participarem da I Conferência, a fim de que pudessem ouvir o setor e não permitir que com ele acontecesse o que ocorreu com a suinocultura, que acabou excluindo muita gente. Continuando, observou que o que salvava o Brasil na balança comercial era o agronegócio, que em 2012 renderia R\$ 219 bilhões, mas que quem pagava a conta eram sempre os agricultores. Posto isso, registrou que nos dias 24 e 25 estariam votando o Código Florestal brasileiro, mas que ainda havia um item sem consenso com relação às áreas consolidadas. Tecendo comentários sobre o impasse existente quanto àquele item, disse tratar-se da única polêmica ainda existente e acrescentou que queriam passá-lo para o Programa de Regulação Ambiental, a fim de que cada Estado pudesse tratar o assunto de acordo com as suas peculiaridades. Ainda observou que o Código Florestal brasileiro iria trazer mais segurança jurídica para os produtores rurais e falou do grave problema da estiagem na região oeste do Estado. Finalizando, parabenizou novamente o Deputado Mauro pela audiência pública e convidou todos para, no dia 15 de junho, em Chapecó, fazerem um grande encontro a fim de mostrar a força do oeste de Santa Catarina com relação ao leite, acrescentando que aquele produto vinha salvando a agricultura familiar na região. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença da Vereadora Loreci Elza Schelavim, de Guarujá de Sul; do Vereador Lauri da Silva, de Saltinho; do Vereador Geraldo Piovesan, de Águas Frias; do Vereador Hélio Losch, Presidente da Câmara de Vereadores de Arabutã; do Vereador Vilson Borille, de Guarujá do Sul; do Vereador Carlos Izidro Possatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul; do Vereador Sadi José Liston, de Pinhalzinho; do Vereador Romélio Flach, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de São João do Oeste; do Vereador Beno Engel, de Peritiba; e da Vereadora Verene Inez Ceolin, de Iporã do Oeste. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Ailton Spies, Secretário Adjunto de Estado da Agricultura e da Pesca, representando o Governador do Estado, senhor João Raimundo Colombo**, que desejou bom-dia a todos e os parabenizou por terem tirado um dia do seu tempo para discutir o relevante problema da questão da importação de lácteos, explicando que aquilo afetava diretamente a competitividade e a sustentabilidade da atividade em Santa Catarina. Prosseguindo, afirmou ser portador de um abraço especial do Governador Raimundo Colombo, que sabia da ocorrência daquela audiência pública, mas que, infelizmente, não pôde se fazer presente, e também do Secretário da Agricultura João Rodrigues, que não pôde comparecer em função de evento previamente agendado em Florianópolis e Lages. Cumprimentando os membros da mesa, disse ser filho de agricultor, nascido em Tunápolis quando era ainda Município de Itapiranga; contou ser técnico agrícola da Epagri havia 32 anos, desde 1981, e coincidentemente muito ligado ao setor leiteiro, acrescentando ter exercido a sua profissão de técnico agrícola extensionista em Presidente Getúlio, região do Alto Vale que na época era a meca do leite em Santa Catarina, antes de o setor ser transferido mais para o oeste do Estado; e informou ter feito o seu meu mestrado na Nova Zelândia e o doutorado na Austrália, depois de se formar engenheiro agrônomo e administrador. Prosseguindo, falou que o leite, no Brasil, foi maltratado e esquecido, lembrando que a Sunab tabelou o preço do leite até 1991, e explicou que, até então, qualquer coisa branca e líquida parecida com leite era vendida como leite e que não havia incentivos para

profissionalizar o setor. A seguir, disse que, nos últimos anos, os agricultores estavam investindo, as indústrias estavam melhorando, mas ao mesmo tempo estavam sofrendo a ameaça de setores de importação de países mais estruturados na cadeia produtiva láctea. Dito isso, observou que a importação era um remédio porque abastecia o mercado em momentos de desabastecimento, funcionando inclusive como reguladora de preços, mas acrescentou que o remédio na dose excessiva era venenoso, ocasionando ameaças para a sustentabilidade da produção; e falou que a balança comercial brasileira estava fortemente ligada ao agronegócio e que países que queriam exportar também tinham que estar abertos à importação, havendo necessidade de políticas públicas para que as ameaças da importação não acabassem destruindo o progresso. Continuando, disse que o leite era um produto importante no sudoeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina e no noroeste do Rio Grande do Sul por se tratar de uma região de muita fotossíntese, de muita luz, de muita água, com solo e gente trabalhadora. Traçando um comparativo, afirmou que a região conseguia produzir pasto o ano todo, enquanto a Nova Zelândia produzia pasto por apenas oito meses devido às condições climáticas daquele país, acrescentando que o Brasil possuía vantagens comparativas que poderiam ser transformadas em vantagens competitivas. Ainda observou que o leite, no Brasil, tinha que ir além de abastecer somente o seu povo, explicando que em 2011 foram estimados 163 litros por brasileiro e que isso daria, em 200 milhões de brasileiros, algo em torno de 36 bilhões de litros. Concluiu, com isso, que o Brasil enfrentava déficit de leite, pois o País estava produzindo um pouco menos do que o consumo da sua população. Em seguida, afirmou que o leite ainda tinha uma perspectiva muito boa, mas que o crescimento da produção estava sendo mais rápido que o aumento do consumo e que mais adiante aquelas curvas iriam se cruzar, fazendo com que a dor do leite importado fosse maior. Opinando que antecipar o problema era muito importante para se precaverem, deixou claro que a Secretaria da Agricultura não fazia as regras quanto à importação, mas que influenciava em Brasília, já que a autorização, a importação e a negociação de quotas eram casos de política federal. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Dito isso, declarou que louvava muito a iniciativa do Deputado Mauro de Nadal pela Assembleia Legislativa ter trazido aquele tema para debate, dizendo que da audiência iriam tirar encaminhamentos concretos para levar a Brasília, a fim de se negociar com o Ministro e antecipar aquela preocupação. Ato contínuo, opinou que eles tinham que segurar o leite como uma das grandes salvaguardas para a agricultura familiar, pois era uma atividade que dava grande renda em pequenas áreas, portanto, própria para a agricultura familiar. Comunicando que atualmente existia uma situação muito diferente da situação do passado, registrou que o seu pai foi agricultor por acaso, que ele não teve empregabilidade, e disse que os jovens tinham escolhas a fazer, pois eles poderiam sair do campo se este não oferecesse opção para eles. Ante o exposto, ponderou que eles tinham que trabalhar para manter o campo num lugar atrativo, num lugar que desse para gerar renda e qualidade de vida, a fim de que as pessoas pudessem escolher ficar lá, e não apenas sobrar lá, destacando que aquele era o grande desafio. Comentando que o leite seria um dos carros-chefe da economia, fez alusão ao que um Deputado falou de que o leite seria a nova estrela na constelação de produtos do agronegócio catarinense. A seguir, informou que, nos dias atuais, 62% das exportações em Santa Catarina vinham do agronegócio, porém, disse que o leite ainda não participava daquilo. Posto isso, anunciou que da sua parte, como Secretaria, como governo do Estado, todos levassem a certeza de que eles iriam apoiar tanto a instalação do laboratório de qualidade do leite quanto todas as políticas públicas necessárias para desenvolver a atividade leiteira; e comunicou que a Secretaria tinha o programa Juro Zero, que colocava o leite como prioridade, e que também havia políticas sobre a água para que a agricultura se tornasse cada vez mais sustentável. Por fim, agradeceu a oportunidade de estar ali e reiterou estar na torcida para que se tirassem encaminhamentos concretos para levar a Brasília porque era lá que iriam negociar sobre a importação do leite. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** agradeceu a presença dos servidores da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa e também da equipe de taquígrafia, que iria compor a ata daquela audiência pública com os encaminhamentos importantes. A seguir, registrou a presença do Vereador Lido Isotton, de Águas Frias; do Vereador Ailton Miotto, de Iporã do Oeste; do Vereador Leodimar Meurer, de Irati; do Vereador Renato Dal Bello, Presidente da Câmara de Vereadores de Irati; do Vereador Florindo Brunetto, de Irati; do Vereador Odírlei Carlos Bergamaschi, de Irati; do senhor José Balduino França, diretor Administrativo da Piracanjuba, de Maravilha; do Vereador Márcio Solivo, de Nova Erechim; e do Vereador Angelin Scalon, de Nova Erechim. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Fabiano da Luz, Prefeito de Pinhalzinho**, que inicialmente disse que a sua especialidade era o consumo do leite, informando que consumia quarenta litros por mês. Dito isso, registrou que quando ele e o senhor Ladir Cassol assumiram o governo, no início de 2009, tinham um grande compromisso de recuperar o setor de agricultura do Município, e salientou que não foram os responsáveis, mas foram os parceiros em unir as empresas do setor, em contratar a assistência técnica e em trabalhar para que o leite fosse uma grande ferramenta e uma grande fonte de sustento do produtor. Continuando, revelou que, na época, em 2008, Pinhalzinho havia fechado uma produção de 5 milhões e 400 mil litros de leite, na contranota

do produtor, acrescentando que com o trabalho que fizeram ao longo daquele tempo fecharam o ano de 2011 com 18 milhões 463 mil 501 litros de leite, na contranota, destacando que, segundo os dados das empresas dos setores, chegou-se a casa dos 30 bilhões de litros de leite no ano passado. Ante essas informações, avaliou que o leite acabou se tornando a principal fonte de renda do agricultor daquele Município, que possuía umas quatrocentas propriedades, das setecentas que havia no interior. Ato contínuo, narrou que naquela manhã, quando estavam discutindo a questão do laboratório do leite, foi comentada a questão de que Santa Catarina era o quinto produtor de leite. Entretanto, frisou que não era bem o Estado de Santa Catarina, mas o oeste catarinense que era o quinto maior produtor de leite do Brasil. Isso posto, ponderou que era preciso realmente fazer alguma coisa para proteger aquele setor. Prosseguindo, lembrou que muitas vezes se ouvia falar sobre as barreiras que eram impostas pelos Estados Unidos, pela Rússia e por alguns outros países ao produto brasileiro, observando que aquilo não era porque o produto não tinha qualidade, não era bom, mas era uma maneira que muitas vezes os países criavam para proteger o seu produto, a fim de que eles tivessem primeiro a venda garantida do seu produto para depois entrar um produto de outro país. Nesse sentido, dirigindo-se ao Deputado Mauro, comentou ser louvável a iniciativa de criar formas e mecanismos de eles protegerem aquela grande fonte de produção que havia no oeste catarinense, e não esperar apenas que o governo fizesse a sua parte. Em seguida, comentou um exemplo que ocorreu, na semana anterior, quando o governo lançou um pacote para auxiliar a desindustrialização no Brasil, em função da entrada do produto de fora, dizendo que ouviu muitas críticas de alguns setores de que aquela medida não iria resolver o problema. Ante o exposto, afirmou que aquilo não iria resolver o problema porque muitos dos produtos que as empresas do Brasil produziam vinham da China já empacotados e embalados, e reiterou que não adiantava esperar que o governo resolvesse o problema se na base não se fazia nada. Ante as considerações, avaliou que era preciso iniciativas e formas para fazer com que todas as entidades fossem parceiras no sentido de proteger o nosso produto e o nosso produtor e de garantir a sustentabilidade daquela grande fonte de renda que representava o leite para todo o oeste de Santa Catarina. Terminou parabenizando os presentes pelo encontro e desejando um bom trabalho a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a presença do senhor Emerson Jeison Klapouch, supervisor de vendas da Chocolateite Indústrias de Alimentos Ltda; do Vereador Milton Coliselli, de Cunha Porã; do Vereador José Capeletto, de Iraceminha; do Vereador Mauri Metzdorf, Presidente da Câmara de Vereadores de Águas de Chapecó; do senhor Marcos Hentz, Secretário Municipal de Agricultura, Epagri e Microbacias de Sul Brasil; do senhor José Capelesso, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pinhalzinho; do senhor Sadi Antônio Saúgo, Secretário Municipal de Agricultura de Riqueza; do senhor Valdecir Berton, presidente do Sindicato e presidente da Cooperativa de Abelardo Luz; e do senhor Olmir Remussi, Secretário Municipal de Agricultura de Peritiba. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor Wilson Wamling, Secretário de Estado interino de Desenvolvimento Regional de Maravilha**, que, após cumprimentar todos os presentes, reportou-se ao Deputado Celso Maldaner dizendo que eles tinham uma região muito privilegiada porque tinham uma agricultura fortalecida. Continuando, lembrou que o Deputado Celso foi Prefeito e já esteve na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), portanto, sabia dos desafios que havia no dia a dia. Sobre a região, comentou que não era somente agrícola e frisou que quando falava na audiência de SDRs precisava falar da regional e do oeste, avaliando que existiam muitos desafios que eram dos governos do Estado, municipal e federal, e assim por diante, fazendo aquelas parcerias, as quais precisavam discutir constantemente. Prosseguindo, endossou o que já havia sido falado, que era verdadeiro e nada era estático, que eles precisavam avançar construindo a cidadania, procurando uma qualidade de vida cada vez melhor. Ato contínuo, disse que falar em nome do governo do Estado ou falar das SDRs, que tinha o objetivo de fazer estradas, dar educação, fazer saúde, fazer agricultura e gerar emprego, como já mencionado, era uma grande responsabilidade, uma grande missão que o governo do Estado tinha, e que junto com os seus Parlamentares, tanto federais quanto estaduais, ajudavam a fazer a diferença. Dito isso, esclareceu que quando se referia ao privilégio era porque havia pessoas compromissadas, que tinham a responsabilidade de fazer a diferença para a sua região e defender os interesses dela. Continuando, fez alusão aos dois Secretários presentes dizendo que eram pessoas compromissadas e que já fizeram o trabalho na frente. Em seguida, justificou a ausência do Secretário Sandro, porque ele estava em férias, cabendo-lhe a responsabilidade de representá-lo na audiência pública. Posto isso, fez um adendo à fala do Prefeito revelando que tinha um sobrinho que estava viajando para o lado da Índia ou da China e ele disse que lá se trabalhava 12 horas por dia e que o salário não chegava a duzentos dólares por mês, que a dificuldade era muito grande. Ato contínuo, disse que cabia ao Brasil fazer a regulamentação daquelas importações. A seguir, parabenizou todos os que, de uma forma ou de outra, estavam fazendo aquele trabalho para que pudessem defender os interesses da comunidade e da agricultura familiar. Ante as considerações, opinou que era aquilo que estavam fazendo lá, salientando que se eles ficassem quietos daqui a pouco estariam com os problemas implantados no futuro. Comentando que poderia

citar muitos exemplos do que estava sendo realizado pela Secretaria Regional na região, opinou que todos já deveriam estar acompanhando o trabalho na mídia. Dito isso, registrou que assim como os agricultores priorizavam a sua propriedade, como o Prefeito priorizava as demandas, uma vez que havia muitas solicitações, o Estado e o governo federal também priorizavam aquilo que era de interesse daquela região, e, terminando, desejou um bom trabalho a todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, registrou a presença do senhor Jorge Luiz Varnier, Secretário Municipal de Agricultura de Modelo; do senhor Fredy Gilberto Mueller, Secretário Municipal de Agricultura de Seara, representando a Prefeita Laci Grígolo; do senhor Milton Tomasi, Secretário Municipal de Agricultura de Nova Erechim; do senhor Antoninho Testa, Secretário Municipal de Agricultura de Águas Frias; do senhor Vanderlei Fenner, Secretário Municipal de Agricultura de Maravilha; do senhor Valdecir Paulo Reiter, presidente do Sindicato Rural de Pinhalzinho; da Vice-Prefeita Sirlei Paini, de Sul Brasil, representando o Prefeito Jobert Peruzzo; do senhor Sadi Bao, presidente da Arcafar/SC; do senhor Geraldo Roque Brand, Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Iporã do Oeste; do senhor Vanderlei Bete, gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó; e do senhor Silvano Pereira da Silva, tesoureiro do Sindicato de Abelardo Luz. Feitos esses registros, passou a palavra ao **senhor Amo Pandolfo, presidente da Cooperitaipu, representando as cooperativas da região**, que iniciou agradecendo a presença de todos e saudando os presentes, em especial o Deputado Mauro pela realização da audiência pública. A seguir, salientou que era preciso olhar para a produção do leite e lembrou o que falou o Deputado Celso Maldaner, quando disse que o leite era a maior estrela na constelação do oeste catarinense. Dito isso, afirmou que o leite era a atividade principal para os produtores e disse que se voltassem alguns anos atrás, se continuassem a importação do leite de maneira desenfreada, os produtores do leite da região passariam a ser produtores de suínos. Revelando que nos dias atuais o produtor estava sendo profissionalizado constantemente por todos os órgãos que trabalhavam com a agricultura, que os agricultores estavam tendo uma vida digna graças ao leite daquela região, ponderou que se Santa Catarina era o quinto produtor de leite do País era porque o oeste catarinense estava produzindo aquele alimento. Dirigindo-se ao Deputado Mauro, manifestou a necessidade de se levar às autoridades um documento para que eles cuidassem do produtor, a fim de que não acontecesse aquilo que ocorreu com o suíno em épocas passadas. Também lembrou que quase toda a produção de suíno era em parceria e que já estava andando com as próprias pernas dentro das agroindústrias. Revelando que o produtor rural, nos dias atuais, tinha uma vida digna porque eles conseguiram incluir o produtor na sociedade através do leite, reiterou que atualmente o leite era muito importante. Fazendo alusão ao que o Deputado Celso falou em relação ao leite, ao quanto ele representava no faturamento, [*Taquígrafa-Revivora: Ana Rita M. de Souza.*] disse que, tranquilamente, o leite representava a maior fatia do oeste catarinense em faturamento das propriedades rurais, e finalizou afirmando que deveriam olhar com muito carinho e amor àqueles produtores que estavam se profissionalizando e que poderiam ser excluídos da produção de leite, porque a importação de leite não era regularizada ou documentada. Dando prosseguimento à audiência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, registrou a presença dos senhores Adenilson Sutil, presidente do Núcleo Regional Oeste de Criadores de Bovinos de Leite; Valdir Sebatiani, representando o Deputado Estadual Renato Hinnig; Honorino Dalapossa, assessor técnico da Fetaesc; Arceli Nicolodi, gerente técnico do setor do leite da Cooperativa Regional Auriverde; Vanduir Matias Deters, representando o Deputado Federal Pedro Uczai; Aldo Postal, tesoureiro da Cooperoeste; Celestino Persch, presidente da Cooperoeste; Leonir Bettanin, produtor de leite e ex-Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pinhalzinho; Flávio Bregalda, gerente da Laticínios Tirol, de Caibi; e Dilair Menin, Vice-Prefeito de Caibi. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor Irineu Berezanski, coordenador da Câmara Setorial do Leite de Santa Catarina**, que, após cumprimentar todos os presentes, disse que a Câmara Setorial do leite reunia todas as entidades entre os produtores, as indústrias, as universidades e também a parte do consumo para estudar a melhor forma de sustentabilidade da cadeia do setor do leite. Quanto à importação de leite com qualidade inferior a que estava sendo produzida naquela região do Estado de Santa Catarina, afirmou que era uma preocupação da Câmara Setorial do leite. Posto isso, registrou que os produtores de leite de Santa Catarina faziam um produto de qualidade e que o que estavam fazendo com a importação de leite era atrapelar os agricultores onde eles viviam, fazendo com que a juventude rural fosse para a cidade em busca de emprego, sendo que no campo ela teria melhores condições de trabalho. A seguir, passou a ler os itens que constavam de um documento que seria entregue à mesa para regulamentar a importação de produtos lácteos, quais sejam, que os órgãos fiscalizadores do Brasil exigissem comprovação de qualidade igual ou superior à legislação brasileira; que os órgãos fiscalizadores do Brasil solicitassem produção de rebanhos com *status* sanitário comprovados; que os órgãos competentes exigissem documentação de rastreabilidade; e que fossem negociadas cotas de importação e exportação com todos os países integrantes do Mercosul, a exemplo do que era praticado, em parte, com a Argentina. Por fim, explicou

que aqueles itens eram para o governo brasileiro se conscientizar de que importar leite significava esvaziar o campo, principalmente no oeste do Estado. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, agradeceu à Câmara Setorial, juntamente com a Fetaesc, pelo belo trabalho. Em seguida, convidou para fazer parte da mesa o senhor Valdir Crestani, gerente regional da Epagri do Estado de Santa Catarina, e registrou a presença do Vereador Édio Maldaner, de Guaraciaba; do senhor Gilmar Cecon, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã; do senhor José Antônio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iraceminha; do senhor Selvino Giesel, assessor da Aurora Alimentos, de Pinhalzinho; do senhor Pedro Gilberto Ioris, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maravilha e Região; do senhor Valdecir Berton, presidente do Sindicato e presidente da Cooperativa de Abelardo Luz; do Vereador Marcos Antônio Borghetti, de Romelândia, e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Romelândia; e do senhor Edgar Stein, Vice-Prefeito de Saudades. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Adelar Zimmer, vice-presidente Regional da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc)**, que saudou todos os presentes e registrou que o presidente José Zeferino Pedrosa era solidário e participe daquela reunião. Isso posto, disse que, por intermédio da Conselite e de trabalhos feito no Estado, registrou três fatos, quais sejam, primeiro, a quantidade de leite que o Uruguai produzida para confrontar com o deles; segundo, que Santa Catarina era o único Estado da América do Sul livre da febre aftosa sem vacinação; e, terceiro, que os produtores rurais eram a classe que representava a produção na economia. Continuando, observou que não constava em lugar algum que o produtor rural tivesse feito votos de pobreza e que era preciso que ele fosse, cada vez mais, integrado com dignidade à sociedade. Assim sendo, em nome da Faesc e dos seus associados, afirmou que era aquilo que os produtores rurais queriam para todos. Ao final, parabenizou o Deputado Mauro pela iniciativa e agradeceu a todos pela oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, registrou a presença dos senhores Deonir Francisco Zat, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caibi; Egon Grengs, gerente de Atividade de Leite da Cooperativa A1, de Palmitos, representando o presidente Hélio Casarin; Jacir Felini, presidente da Cooper Xaxim; Sérgio Triches, gerente da Tirol, de Pinhalzinho; José Steffens, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riqueza; e Leonir Luzzi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Faxinal dos Guedes. Na sequência, concedeu a palavra ao **Vereador João Alfredo Schmatz, representando a Câmara de Vereadores de Pinhalzinho**, que, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presidenta Silvana Maria Battisti Bugnotto por ter concedido a ele a honra de representá-los. Ato contínuo, afirmou que como Legislativos municipais tentavam fazer a parte deles nos Municípios e que, pelas manifestações das autoridades que o antecederam, deu para perceber como era importante a produção de leite para todos. Prosseguindo, contou que no passado produziam grãos, suínos, aves, fumo, e que aquelas atividades foram colocadas de lado, sendo que atualmente o leite era o escape deles. Dito isso, frisou que era importante que tivessem uma segurança maior com a produção do leite para que os jovens permanecessem na propriedade. Por fim, registrou que todos os produtores estavam com grande expectativa quanto àquela audiência pública para obterem bons resultados. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, registrou a presença do Vereador Agostinho José Jung, de Pinhalzinho; do senhor Antônio Luiz Schnorr, presidente da Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Cootraf), de Pinhalzinho; e do senhor Juvelino Tauffer dos Santos, Secretário Municipal de Agricultura de Serra Alta. Em seguida, passou a palavra à **senhora Irma Kessler, agricultora de Cunha Porã, representando os agricultores presentes**, que, após os cumprimentos, parabenizou todos os agricultores presentes e disse que, como já havia sido falado, levantavam uma hora ou duas horas antes para fazer aquele trabalho com muita garra e luta. Isso posto, solicitou às autoridades daquela audiência que ajudassem na venda dos produtos, pois eles vendiam o produto e recebiam aquilo que o comprador queria pagar. Ao final, agradeceu pela oportunidade de se manifestar e disse que esperava um bom proveito daquela audiência pública. Ato contínuo, fez uso da palavra a senhora **Eliandra Nirlei Ross, representando a Unoesc de Pinhalzinho**, que, depois dos cumprimentos de praxe, agradeceu, em nome da Unoesc, por já trabalharem com a qualidade do leite. A seguir, discorreu sobre o currículo dela dizendo que era mestre em microbiologia, que trabalhava naquela área e que estava fazendo doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Posto isso, informou que atualmente a Unoesc de São Miguel do Oeste contava com um laboratório na área de qualidade de leite, sendo que ela trabalhava na parte dos microorganismos, bactérias e fungos. Prosseguindo, registrou que observaram, através de pesquisas na região, que um dos maiores problemas que acontecia lá era o controle da qualidade e que, com o início da implantação da Normativa nº 51, os agricultores começaram a sentir o impacto na agricultura devido à bactéria, que não se via a olho nu, explicando que era necessário aumentar a bactéria em mil vezes para se poder ver os microorganismos, assim sendo, o que se via era o resultado das bactérias, ou seja, um leite ácido. Continuando, disse que trabalhavam também com o controle da mastite, tendo inclusive várias pesquisas naquela

área; afirmou que observaram que a mastite afetava também a produção e que normalmente, [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Marida da Costa.*] na propriedade que tinha casos de mastite, havia uma queda muito grande na produção de leite; e registrou que a região vinha enfrentando grandes problemas com a resistência aos antibióticos, usando como exemplo os microorganismos que causavam a mastite e que já estavam disponíveis no mercado. Dito isso, observou que faltavam programas de orientação aos agricultores no sentido de evitar, entre outras coisas, a perda de produção. Parabenizando a iniciativa de realização daquela audiência, frisou a importância dos incentivos a programas rurais na tentativa de evitar problemas maiores. Quanto à qualidade da água, informou que o laboratório de microbiologia da Unoesc do campus de São Miguel do Oeste tinha feito uma pesquisa de qualidade da água, na qual se observou que a água da região estava afetada em mais de 70% dos fossos e que a maioria dos problemas era decorrente da falta de proteção e de outros cuidados, sinalizando que a água também afetava a qualidade do leite. Ainda frisou a importância da realização daquela audiência para, entre outras coisas, tratar da melhoria da qualidade do leite produzido na região. Finalizando, em nome da Unoesc, agradeceu pelo convite para estar presente naquela audiência e falou que a Unoesc, através do laboratório de microbiologia, estava à disposição para auxiliar no que fosse preciso. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Valdir Crestani, gerente regional da Epagri de Chapecó**, que, após cumprimentar todos, disse, em nome da Epagri, a preocupação que tinha quanto à cadeia produtiva, ou seja, quanto às pequenas agroindústrias. Dito isso, registrou que entre as pequenas agroindústrias havia bons empreendedores e que as dificuldades eram conhecidas, e destacou que essas pequenas agroindústrias também eram consumidoras de leite. Ato contínuo, comentou sobre uma reunião em Chapecó na qual se discutiu a equivalência, ou seja, aquilo que as pequenas agroindústrias poderiam fazer tais quais as grandes indústrias, não no aspecto de construção, mas no de comprometimento. Concluindo, enfatizou a viabilização do aproveitamento do leite dentro das pequenas agroindústrias. Em seguida, o **senhor José Walter Dresch, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc)**, ao fazer uso da palavra, cumprimentou os presentes e salientou a importância dos produtores de leite para a sustentabilidade da agricultura familiar. Isso posto, deixou o depoimento de que no início dos anos 1990 uma ação fora movida pelo movimento sindical em virtude de que um Promotor do litoral catarinense proibira a venda de leite *in natura* na porta do consumidor, e registrou que, respeitando a vocação das pessoas e sabendo que era a renda de muitos, a Federação garantia aos produtores que continuassem vendendo leite na porta das casas dos consumidores. Prosseguindo, chamou atenção de todos para o fato de que em vinte anos o oeste do Estado havia se transformado na maior bacia leiteira do Estado, em razão da existência da vocação da agricultura familiar e da existência de mão de obra. Outro ponto para o qual chamou atenção de todos fora para o fato de que no passado havia mais de 59 mil famílias na suinocultura, enquanto nos dias atuais eram apenas 9 mil famílias naquela cultura. Mencionando o passivo ambiental que era cobrado todo dia, denunciou que queriam pregar uma imagem fora do Estado de que era o agricultor o responsável pelo passivo ambiental. Ato contínuo, pediu que tivessem cuidado com o fato de que muitos jovens estavam no meio rural e lá queriam permanecer, sinalizando que a cadeia produtiva do leite poderia proporcionar sustentabilidade, emprego e renda a esses jovens. A seguir, destacou a luta pelo aumento do número de famílias na produção leiteira dizendo que a importação era um problema e que deveriam evitar a concentração da produção, reforçando a luta pelo aumento dos produtores rurais na produção de leite. Continuando, falou sobre o aumento da produção média dos agricultores, de 5 litros de leite por dia para o triplo, graças ao empenho necessário que havia garantido a sustentabilidade da propriedade e a permanência daquelas pessoas no meio rural. Dito isso, registrou o pedido à Fetaesc para que se envolvesse com as cooperativas, com as indústrias, a fim de que a discussão fosse aprofundada, criticando que todos estavam cansados de ouvir que deveriam fixar os homens no campo com dignidade, com renda e com condições para viver no meio rural. Dito isso, citou a importância de retirar encaminhamentos da audiência para garantir o futuro da cadeia produtiva do leite e encerrou agradecendo pela oportunidade de se manifestar e colocando a entidade à disposição para qualquer esclarecimento. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, justificou a saída do Deputado Federal Celso Maldaner e registrou a disponibilidade de agenda para, quarta-feira, ir até o Ministro da Agricultura, em Brasília, com o intuito de levar o fruto do trabalho daquela audiência que ora acontecia. Dando início às manifestações da plenária, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **senhor Adenilson Sutil, presidente do Núcleo Regional Oeste de Criadores de Bovinos de Leite e médico veterinário**, que desejou bom-dia a todos e disse que o Núcleo havia sido fundado no mês de julho do ano anterior para defender as causas da base da produção. Também disse que era fácil falar de leis, mas no campo o que havia era uma soma de fatores, e embasou a sua manifestação no conhecimento que tinha em produção de leite do Uruguai, da Argentina e da América do Norte, diferenciando a produção de leite da região da produção do restante do mundo e enfatizando que a produção leiteira no resto do mundo era organizada. Dito isso, realçou o objetivo do Núcleo de organizar a cadeia produtiva para brigar por importação

e exportação. Por fim, colocou o Núcleo à disposição de todos e convidou os presentes a participarem da I Feira Ranqueada de Pinhalzinho, de 5 a 8 de julho do corrente ano. Na sequência, o **senhor Egon Grens, gerente de Atividade de Leite da Cooperativa A1, de Palmitos, representando o presidente Hélio Casarin**, após os cumprimentos colocou que a atividade leiteira estava se desenvolvendo bem e contou que na década de 1990 discutiu-se muito a questão de que eram necessários recursos a custo barato e em longo prazo, e que se conseguiu isso, mas que a preocupação maior era em relação ao equilíbrio entre oferta e procura, pontuando que a oferta estava abaixo do que era consumido e denunciando que não existia controle na entrada de produtos. Ato contínuo, parabenizou o senhor Irineu, da Câmara Setorial do Leite, pelo trabalho realizado e disse que se os Deputados conseguissem colocar em prática aquilo que a Câmara estava discutindo, que era implantar um controle na entrada, teria que haver equilíbrio [Taquígrafa-Revisora: *Sabrina R. Schmitz*.] entre a oferta e a procura para o consumidor não ter que pagar demais e o produtor não ter que receber de menos. Complementou dizendo que, como não eram tantos os pontos de entrada de importação, não custaria implantar controles mais exatos e diários. Dito isso, falou que esteve muito triste na terça-feira daquela semana, quando voltava do trabalho pouco depois das 19h, pois escutou na Voz do Brasil que o Ministério da Saúde colocava como preocupação que a população brasileira chegaria a 50% de obesos, explicando que ficou triste porque tinha sido feita uma comparação culpando carnes, leites, derivados de leite, considerando-os vilões da obesidade e comparando o leite com o refrigerante. Encerrando, considerou aquilo vergonhoso e disse que era necessário ter consenso entre os Ministros da Saúde e da Agricultura para evitar aquela situação. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Auri Meisterlin, gerente Industrial da Lactínios Tirol Ltda., de Chapecó**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e disse que via aquela reunião com bons olhos. Continuando, informou que estava na produção do leite havia trinta e poucos anos e que já tinha passado por momentos bons e ruins. Dito isso, falou que atualmente o leite era de boa qualidade no País e que ele já passou pela época em que se comprava o leite branco e o leite tipo C, que tinha apenas um dia de validade. Por isso, parabenizou a produção de hoje, mas disse que era preciso melhorar. Quanto à preocupação em relação à importação, achou que o governo não deveria comprar mais leite importado para as merendas escolares, afirmando que não era a indústria que importava, mas terceiros, e mencionando que atualmente havia no País um grande importador que trabalhava com mais leite que as próprias indústrias. Outra preocupação externada foi em relação ao preço do leite bastante alto para as indústrias, o que, segundo ele, dificultava a elas a capacidade de investimento. Desse modo, disse que algumas indústrias de fora ou de outros ramos começavam a abocanhar as pequenas indústrias, virando um monopólio. Acrescentou que o Conselheiro trabalhava com uma margem de preço para o produtor e outra para a indústria, mas que as indústrias estavam pagando acima em torno de R\$ 0,10. Para ele, aquilo tinha que ser equalizado, porque senão os produtores teriam que aprender a trabalhar com um custo de leite mais barato, ou seja, disse que os produtores trabalhavam com o valor de R\$ 0,85 a R\$ 0,90 para se chegar ao preço atual do leite e que logo eles teriam que produzir o leite a R\$ 0,60. Prosseguindo, registrou que atualmente estava fácil produzir silagem e dar ração para a vaca, porque o preço estava bom, mas que depois de três meses ou quatro meses a situação não seria mais possível. A esse respeito, disse que o assunto caiu no esquecimento e que o governo precisava trabalhar a questão. Finalizando, falou sobre impostos destacando a diferença do ICMS do leite cru nos Estados, o que tinha que ser melhorado, uma vez que o Estado estava perdendo com aquilo. Ato contínuo, manifestou-se o **Vereador Carlos Izidro Possatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul**, dizendo que queria fazer duas reivindicações. Dito isso, afirmou que a região tinha uma média de 10 hectares por família, sobrando 6 hectares para pasto e 4 hectares para a vaca de leite, explicando que com sete vacas ou dez vacas de leite já não seria possível sobreviver porque o custo com animais a pasto era muito alto. Também afirmou ter a gestão de uma propriedade, que o seu custo de produção era de R\$ 0,39 e que tinha que ter silagem e feno. Continuando, falou que de toda a região aquela era considerada a bacia leiteira e que, sendo assim, era necessário haver mais pessoas interessadas trabalhando. A seguir, apontou como importante o subsídio dos adubos, já que, segundo ele, os produtores já chegaram a pagar R\$ 0,75 o saco do adubo químico, porque sem ele era impossível produzir leite a pasto, ainda mais em uma terra muito deficiente em fósforo. Acrescentou que o saco de super triplo custava setenta e poucos reais e que era preciso baixar o preço daqueles produtos. Ainda afirmou que Santa Catarina era livre de febre aftosa, questionando por que o Estado tinha o mesmo preço em relação ao Paraná e ao Rio Grande do Sul. Concluiu dizendo que sempre foi defensor da agricultura familiar e que o produtor estava fazendo o possível e o impossível para a produção do leite. O próximo orador a se manifestar foi o **senhor Cláudio Junior Weschenfelder, representando a Cooperflor, de Guarujá do Sul**, que iniciou dizendo que a sua fala talvez não agradasse, pois ele iria mexer profundamente na ferida existente. Dito isso, afirmou que, segundo a promessa do neoliberalismo, a lei da oferta e da procura era perfeita e tinha autorregulação, mas que atualmente se percebia que tinha que recorrer ao governo para se estabelecer cotas de importação e de exportação. Isso

porque, segundo ele, a promessa do neoliberalismo não surtiu o efeito desejado. Em seguida, falou que assistia a discussão sobre importação julgando-a como a consequência de um problema, e explicou que se o mercado buscava leite em outros países era porque o custo de produção brasileiro era muito elevado, não tendo competitividade no cenário internacional. Nesse sentido, afirmou que a indústria pagava R\$ 0,80 na média, o que significava que para viabilizar a forma de produção de um sujeito que produzia ganhando R\$ 1,00 o ano inteiro teria que ter um monte de miserável ganhando R\$ 0,60 e fazendo a transferência de despesas descabível, irracional e insustentável, para financiar aquela forma de produção com uma matriz energética que já se mostrou falível nos frangos, nos suínos e em outras tantas cadeias. Por isso, falou que havia necessidade de discutir outra forma de produção, aproveitando os recursos e as energias naturais, já que o País oferecia as condições mais favoráveis do mundo para se produzir leite a baixo custo, e não um dos leites mais caros do mundo. Outra questão que levantou foi com relação à necessidade de se estabelecer cota de produção para os produtores, tendo em vista a manutenção dos agricultores familiares no espaço da produção do leite. Continuando, informou que atualmente existia cerca de 750 mil famílias no País produzindo leite para vender e que o maior produtor produzia 52 mil litros de leite por dia. Ponderou que, se todos os produtores fossem os maiores produtores, não seriam necessárias as 750 mil famílias para produzir os mais de 30 bilhões de litros que o Brasil produziu em 2011, mas apenas 1.600 produtores, o que traria a preocupação da exclusão como aconteceu na década de 1990 com o suíno, que tinha mais de cinquenta mil produtores de suínos e atualmente havia em torno de cinco mil. Por fim, disse que era preciso pensar sobre a redução do custo de produção, com a ajuda da Embrapa, da Epagri, e fazer um trabalho que pudesse auxiliar a repensar a matriz tecnológica que deu errada em uma sustentável, além de se estabelecer cotas de produção, limitando para que os pequenos agricultores pudessem se manter produzindo, gerando e movimentando a renda dos Municípios. Na sequência, o **senhor Leonir Bettanin, produtor de leite de Pinhalzinho**, de início, parabenizou as duas falas anteriores e contou ter ouvido que o leite da região era o leite mais caro do mundo e que a produção vinha aumentando, já que havia potencial para triplicar a produção, questionando como se iria inibir a importação de leite se a produção era mais eficiente e tinha um custo menor. Prosseguindo, disse não entender de tributos, mas havia dez anos ou doze anos que ouvia falar na reforma tributária que até hoje não aconteceu. Dito isso, falou que era preciso mexer no custo da produção e que era muito difícil produzir leite a base de pasto em propriedade pequena, [Taquígrafa-Revisora: *Sibelli D'Agostini*.] relatando que não sabia qual seria a forma, mas achava que a Secretaria da Agricultura do Estado e o governo federal deveriam criar mecanismos que barateassem os custos. Ainda disse que os produtores de leite do Brasil teriam que ser mais eficientes na produção do que os países europeus, porque iria sobrar leite e eles também teriam que exportar. Ante o exposto, questionou como exportariam leite, se o custo de produção estava alto. Ao final, cientificou que o farelo de soja, importante ingrediente na produção de leite, estava com preço histórico e observou que cabia ao governo criar mecanismo ou diminuir a carga tributária para que pudesse se tornar competitivo em nível mundial. Ato contínuo, o **senhor Cláudio Post, produtor de leite em Cunha Porã e presidente da Cooperativa Regional Auriverde, de Cunha Porã**, desejou bom-dia e cumprimentou todos os presentes. Informando que a Cooperativa o trabalho De olho na Qualidade, expôs que se alguém desejasse aprender deveria visitar as propriedades que eram destaques. Dito isso, aclarou que em 2010 o Conselho da Cooperativa tinha ido visitar a bacia leiteira do rio Uruguai porque se ouvia falar muito que no Uruguai se produzia leite abaixo do custo, complementando que se tinha visto lá que eles não respeitavam a questão ambiental como no Brasil, onde os agricultores e os produtores sofriam com a questão ambiental. Em seguida, relatou que o novo Código Ambiental do Brasil, que estava em discussão, era muito ecológico para a realidade e que esperava que o Código fosse aprovado dando as devidas condições para que se tivesse estabilidade jurídica nas questões relacionadas ao meio ambiente. Prosseguindo, afirmou que era importante preservar o meio ambiente, no entanto, os outros países também deveriam fazer o mesmo, complementando que no Uruguai e na Argentina não existia reserva legal como no Brasil e que aquilo prejudicava os produtores de leite do País, porque tinham mais custos, pouca área e ainda tinham que deixar 25% da sua área para o meio ambiente. Afirmando que tinha reserva legal e que respeitava o meio ambiente na sua propriedade, comentou que o país do qual vinha o leite para o Brasil também deveria respeitar o meio ambiente, ressaltando que aquilo poderia ser usado até como barreira. Também afirmando que o mercado era soberano, disse que cedo ou tarde se iria entrar no preço internacional e pediu que o governo criasse proteção para os agricultores enquanto eles ainda tinham tempo para se organizar. Mencionando que ao comprar ração para aves ou suínos tinha isenção do PIS e do Confins, perguntou por que também não tinha isenção em relação à atividade leiteira, se o farelo era o mesmo. Ainda disse que existiam muitos impostos, muita burocracia e que em cima da ração, dos medicamentos e do leite pagava-se ICM, enquanto os estrangeiros não pagavam. Continuando, solicitou que as coisas fossem simplificadas e que olhassem a questão trabalhista, pois o custo trabalhista era extremamente alto,

acrescentando que precisavam de regularização e de segurança porque não queriam pagar tanto imposto em relação à questão trabalhista e queriam trabalhar com custo menor. Ato contínuo, cientificou que Santa Catarina estava livre da febre aftosa, da brucelose e da tuberculose, que havia a Normativa 51, que tinham várias exigências a cumprir e que a Cidasc fiscalizava e controlava a qualidade do produto. Diante do exposto, observou que as autoridades sanitárias deveriam visitar o Uruguai, porque quando estiverem lá, no ano anterior, perceberam que em todas as propriedades havia vacas mortas, que os proprietários não diziam o porquê disso e que deixavam os corvos as comerem, enquanto que no Brasil, ao morrer uma vaca, enterrava-se, falando novamente que o Ministério da Agricultura deveria ir naquele país para saber o motivo de as vacas estarem morrendo. Dito isso, afirmou que o leite era um alimento nobre e pediu para que fosse retirada a tarja de alerta nas caixinhas, a qual dizia que o leite poderia fazer mal à saúde, complementando que uma porcentagem muito pequena de pessoas eram alérgicas à lactose. Destacando que a Epagri de Lages estava completando cem anos, que ela fazia um belo trabalho, que tinha desenvolvido a região e que possuía alguns centros de pesquisas que se destacavam, acrescentou que o Estado de Santa Catarina era o maior produtor de maçã e que tinha um vinho de qualidade porque a Epagri de Lages e de Videira tinham pesquisado. Encerrando, perguntou qual era a variedade de pasto que a Epagri tinha selecionado, porque se precisava produzir leite a pasto e a qualidade e a variedade de pastos eram importantes para produzir mais, complementando que não havia pesquisa naquele sentido. Fazendo uso da palavra, o **senhor Vereador Romélio Flach, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de São João do Oeste e agricultor**, cumprimentou todos os presentes e comunicou que lá existia o grupo organizado do leite, o qual pertencia à Cooperativa de Agricultura Familiar (Copafa). Prosseguindo, expôs que a sua maior preocupação era em relação à média de idade da agricultura, dizendo que, segundo dados da avicultura para Santa Catarina, a média era de 51 anos, e que, no entanto, não se tinha a média de idade dos produtores de leite, e ressaltou que aquele era o grande desafio para os próximos dez anos porque não se sabia quantas pessoas iriam ficar na agricultura familiar, que tinha uma jornada diária de dez horas a doze horas. Com relação à qualidade do leite, afirmou que falavam para eles que o preço seria igualitário, tanto para o grande quanto para o pequeno produtor, mas que muitas vezes a pequena propriedade tinha uma qualidade maior em relação ao grande produtor e que mesmo assim o preço variava entre dez centavos a doze centavos de diferença. Ressaltando que 80% do Município dependia da agropecuária, questionou como ficaria a agricultura familiar nos próximos dez anos, se todos os jovens fossem embora deixando a família na propriedade. Ato contínuo, disse que estava na hora da agroindústria e dos produtores ouvirem de outras regiões como estava sendo conduzido o assunto e como estavam se organizando, falando que os produtores deveriam se organizar para negociar com a agroindústria. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Btencourt.*] Também disse que, se na pequena e na grande propriedade a qualidade era a mesma, no tanque não havia distinção de qualidade. Finalizando, parabenizou o Deputado Mauro de Nadal pela iniciativa da audiência pública, solicitou que continuassem defendendo a agricultura familiar porque seria muito importante para o futuro e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, passou a relatar os encaminhamentos da audiência pública. Os itens levantados pela Fetaesc/Câmara Setorial do Leite foram suspensão das licenças automáticas para a importação de leite do Uruguai como maneira de forçar um acordo; não comprar leite para a merenda escolar advindo da importação, como forma de valorizar o mercado brasileiro; necessidade de mais técnicos da Epagri voltados à cadeia produtiva de leite; tributação igualitária entre Estados para o produto *in natura*; políticas públicas para diminuição do custo de produção; exigências de respeitabilidade das mesmas normas ambientais também para os países que exportam leite e derivados para o Brasil; diminuição da carga tributária (ICMS, PIS, Cofins) sobre o farelo de soja; diminuição da carga trabalhista para os agricultores; exigência das mesmas normas sanitárias do País para os países que exportam leite para o Brasil; e fim da tarja de alerta nas caixas de leite. Posto isso, registrou que o item levantado pelo Deputado Estadual Neodi Saretta sugeria uma moção a favor da não privatização da merenda escolar das escolas públicas estaduais, oportunizando a compra de produtos diretamente da agricultura familiar. A seguir, passou a palavra aos componentes da mesa para os encaminhamentos finais. Ato contínuo, o **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch** disse que vários dos encaminhamentos que iria propor já estavam garantidos naquela audiência. Quanto à questão do modelo tecnológico que se iria usar, afirmou serem todos muito importantes. Prosseguindo, falou que o setor da rizicultura estava com uma crise muito grande porque produzia bastante e não tinha renda, e afirmou que não se podia pensar somente em aumentar a produtividade, acrescentando que o Estado tinha um papel fundamental naquilo. Em seguida, informou que propôs quatro projetos na Assembleia Legislativa, sendo um deles sobre a criação do Conselho do Leite, pois achava importante haver um espaço representativo das organizações. Ainda disse que era preciso recursos para os agricultores que não tinham acesso nem condições de se adequarem às normas, principalmente na questão da qualidade e da condição da propriedade, e adicionou que o caminho não era

excluir quem não conseguia se adequar, mas que o caminho era o Estado ter uma política de apoio via Epagri, dando assistência técnica, estimulando a pesquisa e concedendo apoio. Continuando, lembrou que o presidente da Cooperativa Regional Auriverde havia levantado a questão acerca da necessidade de o Brasil ter um selo de qualidade no leite e, sobre isso, disse que havia duas questões, sendo uma ambiental e outra social. Em relação à primeira, afirmou que se cuidava do meio ambiente, que se estava cumprindo com a função e que aquilo tinha um custo que não era respeitado nem dentro do Brasil nem fora dele, e que devido àquele motivo se precisava de um selo ecoambiental. Em seguida, falou que gostaria muito de que no futuro as indústrias que preservavam as pequenas propriedades, que mantinham o pequeno agricultor, tivessem algum benefício, inclusive com dinheiro público. Afirmando que era contra o BNDES jogar bilhões nos grandes grupos econômicos, citou os bilhões usados na incorporação da Sadia e da Perdigão que serviriam para tirar milhares de agricultores do processo. Expondo que as indústrias que preservavam o pequeno agricultor tinham um custo, assim como as cooperativas que estavam preservando, sugeriu que para valorizar aquilo seria importante, além do selo ambiental, ter também um selo social no produto da agricultura familiar. Ato contínuo, argumentou ser aquele um grande desafio para se diferenciar o produto e que seria importante aquela questão entrar para o debate, numa perspectiva para o futuro. Considerou que o Estado de Santa Catarina poderia sair na frente com uma estratégia de desenvolvimento para a cadeia produtiva do leite, dando garantias para que no futuro a agricultura familiar pudesse produzir leite, explicando que aquela preocupação era no sentido de haver pouca terra e de muitos agricultores terem pasto de ponta a ponta na propriedade, não sendo uma coisa sustentável. Encerrando, opinou que a pequena propriedade tinha que ter outras atividades de renda, não somente uma, e que para a agricultura familiar ser mais diversificada precisaria de um programa catarinense de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, coordenado pelo Estado e pelo Conseleite. A seguir, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta**, que concordou com quem disse que a merenda escolar deveria começar pelos governos; afirmou que parte dela era comprada diretamente pelas Prefeituras; e lembrou que a outra parte era da rede estadual, que privatizava a merenda escolar comprando de uma empresa que trazia produtos de outros Estados. Em razão daquele fato, solicitou que fosse elaborada uma moção no sentido da não privatização da merenda escolar, oportunizando a compra dos produtos, no caso o leite, diretamente da agricultura familiar. Por fim, colocou-se à disposição dos presentes e agradeceu a todos pela atenção dispensada. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, disse que a solicitação do Deputado Neodi Saretta seria aceita e, em seguida, concedeu a palavra ao **senhor Ailton Spies**, para os seus encaminhamentos finais, que manifestou satisfação com os encaminhamentos e com o rumo das discussões naquela audiência, e observou que os produtores estavam preocupados com todos os aspectos que envolviam a competitividade e a sustentabilidade da atividade leiteira, pois estavam lá presentes para discutir o problema da importação do leite do Uruguai e da Argentina para o Brasil. Dito isso, concordou com uma colocação feita anteriormente no sentido de que não era só proibir, ou autorizar, ou estabelecer cota para a produção do leite que se resolveria os problemas. Em seguida, disse que, pelas 15 ou 16 sugestões anotadas, percebeu que a maioria delas estava indo ao encontro daquela reunião e que elas eram um dever de casa que se deveria fazer, lembrando que algumas delas diziam respeito à ação do governo do Estado. Ato contínuo, mencionou que o governo deveria promover o desenvolvimento de oportunidades alavancando as atividades; acrescentou que o leite era uma delas, pois estava precisando de apoio, de um empurrão para se tornar uma atividade realmente competitiva; e observou que outra coisa que o governo deveria fazer era proteger situações de risco que alguma atividade estivesse sofrendo. Posto isso, afirmou que estavam passando por uma situação de risco porque se as importações fossem desenfreadas elas prejudicariam a ação de desenvolvimento e completou dizendo que enxergava uma série de coisas que precisavam ser feitas. Continuando, avaliou que do jeito que estava a produção de leite não tinha futuro e que havia necessidade de mudanças, principalmente na questão dos custos e da qualidade, afirmando que um produto só se firma no mercado se apresentar aqueles dois itens. Ainda acrescentou a necessidade de organização da cadeia produtiva para tirar os custos desnecessários e exemplificou dizendo que a atividade leiteira havia ficado em Lages e em Itajaí e não havia chegado naquela localidade onde realmente o leite havia se estabelecido. Prosseguindo, anunciou que queria transformar a estação do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf), de Chapecó, em um centro de excelência em pecuária de leite e que apesar de ainda levar algum tempo para a sua realização a discussão estava aberta, e lembrou que inclusive era uma situação de estratégia quanto à localização, momento em que foi aplaudido pela plenária. Adicionou à sua manifestação que havia necessidade de levarem mais técnicos especializados para a região porque o desafio tecnológico de produzir leite com baixo custo e com alta qualidade estava longe de ser encerrado e que tinham que dar as mãos para as indústrias, para as empresas do setor privado e para os Municípios a fim de conseguirem solucionar os problemas do produtor. Especificando que estavam em uma excelente região para a produção de leite e que tinham grandes vantagens comparativas que poderiam ser transformadas em

vantagens competitivas, concordou com o representante da Cooperflor, de Guarujá do Sul, que havia dito que não se poderia produzir leite somente a base de pasto e que para haver uma boa pastagem era necessário também utilizar ração, silagem e feno. A seguir, registrou que tinham parceria com uma empresa da Nova Zelândia e que estavam introduzindo 33 novas variedades de pasto em Santa Catarina, e confirmou que em breve isso chegaria aos produtores catarinenses, proporcionando grande alavancagem na questão do pasto. Também disse que o leite tinha grande função econômica e social naquela região e que fariam tudo o que fosse preciso para manter a atividade competitiva, enquanto o setor público, as lideranças políticas, iriam tentar salvaguardar contra a importação desenfreada dos países do Mercosul. Finalizando, desejou sucesso a todos naquela atividade e disse ser um otimista em relação ao leite. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Mauro de Nadal**, recebeu os encaminhamentos da Fetaesc/Câmara Setorial do Leite. Ato contínuo, comentou ter sido a reunião muito produtiva, com informações que não eram de conhecimento nem dos Parlamentares, enquanto representantes da região do extremo oeste de Santa Catarina, e anunciou que elas iriam servir de base, de baliza para enriquecer ainda mais os seus trabalhos como representantes do povo catarinense. Dito isso, colocou a Assembleia Legislativa à disposição da comunidade para temas de extrema importância ao desenvolvimento do Estado. Encerrando, agradeceu a todos pela participação e pela presença e rogou a proteção de Deus para os que retornavam aos seus lares. Na sequência, em nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz.]

Deputado Estadual Mauro de Nadal

Presidente
*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA NOVA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

As quatorze horas do dia 20 de março do ano de dois mil e doze, reuniram-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Aldo Schneider; José Milton Scheffer; Narcizo Parizotto; Mauro de Nadal; Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi e José Nei Alberton Ascari, para nova eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Narcizo Parizotto o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa com o nome do Senhor Deputado Manoel Mota para eleição a Presidente e o Deputado José Milton Scheffer a Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Senhor Deputado Manoel Mota para o cargo de Presidente e o Deputado José Milton para vice-presidente. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, 20 de março dois mil e doze.

Deputado Manoel Mota

Presidente
*** X X X ***

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia nove de maio de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Gilmar Knaesel, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o Deputado Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 10ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0058.8/2012, que estabelece norma suplementar sobre Direito Penitenciário, prevê a possibilidade de realização de exame criminológico no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0324.7/2011, que dispõe sobre cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0527.5/2011, que

institui o Programa Obesidade Zero no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0090.8/2012, que dispõe sobre a exibição pelos estabelecimentos de Educação do Estado, da autorização de funcionamento expedida pelo Conselho Estadual de Educação, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** devolveu sem manifestação, após vista em gabinete, o PL./010.9/2012, que institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó, seu parecer foi favorável ao parecer do relator, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Presidente colocou em apreciação o ofício CMVA nº 063/2012, de 19 de abril do corrente ano, enviado pela Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, que acordado por todos os membros da Comissão será encaminhado às Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento para suas análises e manifestações. O referido ofício encaminha o requerimento nº 010/2012 que requer a alteração do PL./010.9/2012, incluindo aquele município no Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Extremo Oeste. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./032.9/2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento, seu parecer foi favorável ao projeto e às emendas apresentadas, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia. Sala das Comissões, nove de maio de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 890, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LINIKER FELIPE BORTOLINI, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Daniel Tozzo).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 891, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GLAUBER PAULO ZAMPIVA, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 892, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **MANOEL GONZAGA DE OLIVEIRA NETO**, matrícula nº 1302, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Laboratório de Análises Clínicas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER, que se encontra em licença prêmio, a contar de 01 de maio de 2012. (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 893, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0966/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA**, matrícula nº 1889, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 31 de outubro de 2006 a 24 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 894, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0337/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **RICARDO CASCAES SABINO**, matrícula nº 0935, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 17 de janeiro de 2006 e 16 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 895, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1077/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARIA DE FÁTIMA BARRETO BECKER**, matrícula nº 1402, por 30 (trinta) dias, a contar de 11 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 896, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1078/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **VANIA ELIZABET SAMUEL DE TOLEDO**, matrícula nº 647, por 66 (sessenta e seis) dias, a contar de 29 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 897, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1568	Lucia Helena Coelho Prazeres	17	25/04/12	1061/12
2597	Laine Maria de Nadal	15	22/02/12	1062/12
1105	Sonia Valdira de Carvalho Bernardes	30	03/05/12	1063/12
1746	Florindo Testoni Filho	60	26/04/12	1064/12
1083	Julio Cesar Silva	30	26/04/12	1065/12
1365	Dorli Felippi Mantovani	30	25/04/12	1066/12
0631	Maria do Bonsucesso Vitor Koerich	30	27/04/12	1067/12
5426	Michael Colaço Vieira	15	25/04/12	1068/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 898, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi	90	02/05/12	1069/12
0461	Zélia Terezinha de Souza	15	30/04/12	1070/12
1540	Paulo Roberto Herbst	90	26/04/12	1071/12
0886	Geiza Célia Gonçalves	15	02/05/12	1072/12
1884	Antonio Orlando	20	02/05/12	1073/12
2065	Terezinha Rodrigues Gonçalves	30	02/04/12	1074/12
1360	Maria Neuza Marcelino	30	02/05/12	1075/12
1006	Ivan de Almeida Vianna	60	03/05/12	1076/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 899, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **RICIANE FOLETTO**, matrícula nº 6762, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de maio de 2012 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 900, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RENATO LEO RICCI**, matrícula nº 6122, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de maio de 2012 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 901, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENATO LEO RICCI, matrícula nº 6122, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 16 de maio de 2012 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 902, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ KORB, matrícula nº 6544, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva - Rio do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 903, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1014/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **JACQUELINE S. THIAGO DE CARVALHO QUARESMA**, matrícula nº 1170, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 01 de maio de 2007 a 30 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 904, de 16 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1013/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 21 de março de 2007 a 03 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 169/12

Obriga os fabricantes ou importadores de material explosivo, comercializados no Estado de Santa Catarina, a adotarem mecanismos de identificação que permaneçam intactos após o processo de detonação.

Art. 1º Os fabricantes ou importadores de material explosivo, comercializados no Estado de Santa Catarina, de qualquer tipo, ficam obrigados a adotar mecanismos de identificação do produto que permaneçam intactos após o processo de detonação.

Parágrafo único: Para os fins desta lei, entende-se por:

I - material explosivo: o tipo de matéria que, quando iniciada, sofre decomposição muito rápida em produtos mais estáveis, com grande liberação de calor e desenvolvimento súbito de pressão;

II - processo de detonação: o fenômeno característico dos chamados altos explosivos que consiste na autopropagação de uma onda de choque através de um corpo explosivo, transformando-o em produtos mais estáveis, com liberação de grande quantidade de calor e cuja velocidade varia de mil e quinhentos metros por segundo.

Parágrafo segundo: A identificação do produto será feita na forma da legislação federal.

Art. 2º A arrecadação e fiscalização desta Lei compete a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei ensejará ao infrator multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), graduada de acordo com a gravidade da infração e será aplicada mediante procedimento administrativo no qual seja garantida a ampla defesa.

Parágrafo primeiro: os valores arrecadados desta Lei serão repassados da seguinte forma conforme o que prevê o inciso 2º do artigo 3º da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988:

I - 23% para o Fundo para Melhoria da Segurança Pública - FSP;

II - 15% para o Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC;

III - 2% para o Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC;

IV - 33% para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar - FUMPOM;

V - 7% para o Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - FUMCBM;

VI - 20% para o Fundo de Melhoria da Polícia Civil - FUMPC.

Parágrafo segundo: o montante arrecadado por esta Lei será pago através de:

I - documento de arrecadação, na repartição fazendária arrecadadora do domicílio tributário do contribuinte ou na rede bancária autorizada;

II - qualquer outro documento de pagamento, para tal fim criado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto é criar mecanismos que permitam a identificação eficaz da origem do material explosivo mesmo após a detonação do mesmo.

A repressão contínua dos órgãos de segurança pública provoca no delinqüente um fenômeno típico: mudança do modus operandi. Com isso, frequentemente, determinados crimes passam a ter maior incidência nas estatísticas, obrigando a adoção de medidas legislativas e materiais para o combate às novas práticas.

Atualmente, com o aumento expressivo dos crimes com a utilização de explosivos, especialmente para destruição de caixas eletrônicas, faz-se necessária a adoção de novas medidas como a presente iniciativa.

No caso dos explosivos, é importante ressaltar que a alta capacidade destrutiva permite a sua utilização em outras modalidades criminosas, colocando em risco permanente a população.

Esta proposta visa criar instrumentos legais para dificultar a prática criminosa.

Dessa forma, espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação desta importante proposta legislativa de interesse público.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 170/12

Denomina de Lírio Rosso a Rodovia SC-446, trecho: Entroncamento com acesso a comunidade de Nossa Senhora do Caravaggio - Entroncamento Rodovia SC-443 em Mãe Luzia, município de Criciúma.

Art. 1º Fica denominada de Lírio Rosso a Rodovia SC-446, trecho: Entroncamento com acesso a comunidade de Nossa Senhora do Caravaggio - Entroncamento Rodovia SC-443 em Mãe Luzia, município de Criciúma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresento à consideração dos nobres Pares visa atribuir a denominação Lírio Rosso ao trecho da rodovia SC 443, compreendido entre a comunidade de Mãe Luzia, município de Criciúma e a comunidade de São Bento Baixo, município de Nova Veneza.

O homenageado Lírio Rosso, nascido em 18 de dezembro de 1933, na comunidade de 4ª Linha, município de Criciúma/SC, frequentou até o 4º ano do curso de Direito. Concluiu em 1959 o Curso de Cirurgia Dentista pela Faculdade de Odontologia de Santa Catarina. Exerceu a atividade de Cirurgião Dentista na cidade de Criciúma de 1960 a 1987.

No âmbito de suas atividades políticas, exerceu a Secretaria Geral do PTB de 1963 a 1965. Foi fundador e Presidente do MDB criciumense. Eleito vereador pelo MDB em 1966 e 1976 e candidato a Prefeito em 1982 pelo PMDB de Criciúma. Exerceu dois mandatos de Deputado Estadual, de 1986 a 1994 e uma suplência de Deputado Federal, de 1994 a 1998. Lírio Rosso foi Secretário da Saúde de Criciúma na gestão do Prefeito Eduardo Pinho Moreira, de 1992 a 1996, quando implantou o Sistema Saúde da Família. De 2003 a 2011, foi Secretário Executivo de Articulação Estadual.

Assim, deixou sua marca, pela sua força de vontade, pelo seu denodo e espírito comunitário e pela constante preocupação com os menos favorecidos, executando inúmeras obras em benefício não só da população de Criciúma, mas de toda a região sul do Estado de Santa Catarina.

Faleceu em 17 de junho de 2011, deixando aos seus familiares e a população o testemunho de um cidadão ativo, trabalhador e extremamente dedicado.

Diante do exposto, peço a aprovação da proposição por esta casa Legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 171/12

Acrescenta item à Seção II - Lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que "Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências".

Art. 1º A Seção II - Lista de Produtos de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, fica acrescida do item 18, com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

SEÇÃO II

LISTA DE MERCADORIAS DE CONSUMO POPULAR

18. Embutidos de origem suína (Linguicinhas, Morcela Branca, Tripa Grossa e Linguiça Tipo Colonial), Torresmo, Queijo de Porco, Carnes Temperadas e Kit Feijoada." (NR)

Art. 2º A alteração prevista nesta Lei será introduzida no RICMS/SC-01 por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICATIVA

O setor da suinocultura familiar em Santa Catarina, caracterizada pelas pequenas propriedades familiares, é pilar de sustentação econômica de muitos municípios e representa de 15% (quinze por cento) dos suinocultores, abrangendo cerca de 2.500 famílias, que tem como clientes compradores, pequenas indústrias familiares produtoras de embutidos e outros produtos de origem suína.

De acordo com o Instituto Nacional de Carne Suína - INCS existem aproximadamente 300 plantas de abate e industrialização no Estado com SIE (Serviço de Inspeção Estadual) e um grande número de plantas com SIM (Serviço de Inspeção Municipal) que absorvem a produção dos pequenos produtores familiares.

Assim, considerando o grande número de empregos diretos e indiretos gerados pelas indústrias familiares e como forma de preservar a tradição dos produtos cuja inclusão na Lista de Produtos de Consumo Popular (Cesta Básica) ora está sendo proposta, solicitamos o apoio para aprovação da presente proposição legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 172/12

Altera o artigo 32-A da Lei nº 10.609 de 28 de novembro de 1997, que dispõe sobre a atividade de despachante de trânsito e estabelece outras providências.

Art. 1º O artigo 32-A passa a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se parágrafo único:

"Art.32-A. O Poder Executivo examinará a situação dos atuais prepostos que estão efetivamente no exercício da atividade de despachante de trânsito, e através de ato administrativo, reconhecerá a situação jurídica de cada um deles, caso preencham os requisitos previstos nesta Lei para o exercício da atividade.

Parágrafo único. Os prepostos que se encontram no exercício da atividade autorizada de despachante de trânsito prevista no *caput* deste artigo e que estejam inseridos nos casos do artigo 27, parágrafo único, atendidos os requisitos legais, terão o prazo de 1 (um) ano para regularizar sua situação de credenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que estabelece prazo para que os prepostos que preencham os requisitos impostos pela legislação e que se encontrem nas condições para exercer as atividades típicas de despachante de trânsito, possam regularizar seu credenciamento junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, normalizando sua situação tendo em vista a manutenção da capacidade e do exercício da atividade.

Destarte, a presente proposição tem o objetivo único de estabelecer prazo para que os prepostos possam regularizar sua situação obtendo a respectiva credencial para o exercício do serviço autorizado da atividade de despachante, posto que, sabidamente, referida atividade de despachante de trânsito à luz da legislação vigente (Art. 4º da Lei nº 10.609/1997) é de caráter pessoal e intransferível.

É que a Lei Estadual nº 10.609, de 28 de novembro de 1997, em seu artigo 32-A, quando remete ao Poder Executivo o exame da situação jurídica de cada preposto, não faz referência, previsão e nem estende para estes interessados, que preencham os requisitos exigidos na disposição legal, algum prazo limite para a efetiva realização dos atos e procedimentos administrativos objetivando a regularização, por conseguinte o credenciamento junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

Portanto, considerando o permissivo legal, através da indicação do art. 14, inciso VI, da Lei nº 10.609/97, que legitima o credenciamento autorizando o exercício da atividade auxiliar sob a fiscalização do DETRAN/SC e ao final no sentido de estender referida possibilidade aos interessados na função de preposição credenciadas pelo DETRAN/SC, para a continuidade do exercício da atividade de auxílio no atendimento público da demanda, apresento a proposição em tela, requerendo, desde já, a apreciação dos Nobres Colegas Deputados, e, por fim a aprovação do projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 173/12

Declara de Utilidade Pública Associação REVIVER, do município de Ibicaré.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Associação REVIVER, com sede no município de Ibicaré.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ROMILDO TITON
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICATIVA

Associação REVIVER, situada a Rua: Albino Aberto Benemann, s/n, centro, Ibicaré e atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convenio com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade atuar na Área Social, na forma de, tratamento para dependentes químicos, ambulatório, grupos de apoio, programação de prevenção ao uso de drogas, confecções de produtos artesanais, a reinserção social de pessoas no mercado de trabalho e elaboração de projetos profissionalizantes a área.

A Associação REVIVER, sem duvida trará grandes benefícios ao povo Ibicareense.

Diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento de utilidade publica estadual a Associação REVIVER, no município de Ibicaré, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso Município de Ibicaré venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 174/12

Determina que o Poder Público Estadual afixe cartazes com os deveres e proibições dos funcionários públicos, ao lado dos cartazes que contêm os seus direitos.

Art. 1º Torna obrigatória a afixação de cartazes nos órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas públicas ou de economia mista, fundações e autarquias estaduais com as seguintes advertências: “É dever do servidor público exercer com zelo e dedicação as atribuições do seu cargo, atender com urbanidade, presteza e de maneira isonômica e imparcial, bem como manter conduta compatível com a moralidade administrativa, sendo-lhe proibido promover manifestação de distinção ou agir de forma desidiosa, sob pena das penalidades previstas em Lei”.

Parágrafo Único: Os cartazes mencionados no caput deste artigo deverão estar afixados em local de fácil visualização.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde (SC), sala das Sessões, em,

Kennedy Nunes

Deputado Estadual - PSD

Lido no Expediente

Sessão de 15/05/12

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei se justifica em razão de que não somente no Estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil, funcionários públicos, em razão da estabilidade que o cargo lhes confere, têm se prevalecido de seus direitos e, não raras vezes, esquecido dos seus deveres.

Em muitas repartições públicas encontramos placas com alertas sobre o crime de desacato contra o funcionário público. No entanto, esse lembrete, que reproduz dispositivo do Código Penal, serve, na maior das vezes, para intimidar o cidadão de bem, que recorre ao Poder Público para ter acesso aos seus direitos.

Não é incomum recebermos denúncias sobre o mau atendimento por parte de funcionários públicos, muitos dos quais utilizam essas placas para intimidar as pessoas nas repartições públicas.

A fixação dessas placas acaba por contribuir para a continuidade de um atendimento ruim a usuários dos serviços públicos e até permitir atitudes grosseiras contra os cidadãos que, na maioria das vezes, não sabem como se defender.

Entendemos que em todas as áreas há os bons e os maus. Não é diferente em nosso estado, em que convivemos diariamente com excelentes e exemplares funcionários públicos, porém, a parcela que têm se prevalecido de seus direitos deve se recordar também dos seus deveres funcionais.

Em razão disso é que entendemos que nos locais públicos em que for afixado algum cartaz fazendo menção ao crime de desacato, deve ser afixado outro, de igual formato e tamanho, contendo também os deveres e obrigações dos funcionários públicos.

Diante da relevância do tema é que solicitamos aos nobres pares a discussão e aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 175/12

Altera a Lei nº 3.821, de 29 de abril de 1966, que declara de utilidade o Instituto de Ensino e Assistência Social, de Videira.

Art. 1º A lei nº 3.821, de 29 de abril de 1966, passa vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS, de Lages.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,
Deputado Romildo Titon
Lido no Expediente
Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 3.821, de 29 de abril de 1966, em razão da mudança da sede da entidade, demonstrada nos documentos anexos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 176/12

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Doutor Euclides Reis Quaresma.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Doutor Euclides Reis Quaresma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Jailson Lima

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Serafin Venzon

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Doutor Euclides Reis Quaresma, nasceu em Cruz Alta (RS), em 10 de abril de 1950, em 1971 foi admitido no curso de medicina da UFSC, graduando-se em 1976, no ano seguinte, fez pós-graduação no Programa de Residência Médica em Cirurgia Pediátrica do Hospital Infantil Edith Gama Ramos, em Florianópolis, com duração de três anos, obtendo em 1980, o título de Especialista pela Associação Médica Brasileira através de concurso de provas e títulos.

Graças a sua capacidade de trabalho e conhecimentos técnico-científicos, foi acolhido no Serviço de Cirurgia Pediátrica do recém inaugurado Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG), em 1980, onde permanece até a presente data. No HIJG, além de exercer as funções de cirurgião pediátrico, foi coordenador dos médicos residentes, presidente do centro de estudos, diretor geral do Hospital e, desde 2001, é chefe do serviço de cirurgia pediátrica.

Ao longo de 30 anos, teve participação ativa na formação dos alunos do Curso de Medicina da UFSC como Professor colaborador, função que exerce desde 1981. Ávido por ampliar seus conhecimentos, realizou cursos de aperfeiçoamento no Jackson Memoria Hospital da Universidade de Miami e no Children's Hospital de Washington, em 1986, quando incorporou novas técnicas cirúrgicas ao acervo do serviço de cirurgia pediátrica do HIJG.

Realizou 54 cursos de formação, publicou 61 trabalhos em revistas nacionais e internacionais, escreveu 15 capítulos de livros e participou de congressos no país e no exterior, sempre com produção científica exemplar.

Euclides Reis Quaresma tem seu nome registrado na história da medicina catarinense por suas atividades de pioneirismo, destacando-se pela implantação do primeiro programa de Nutrição Parental em Pediatria no nosso Estado e pela introdução da cirurgia vídeo assistida na criança em Santa Catarina.

O reconhecimento de seus pares, por dedicação ao desenvolvimento da especialidade, permitiu que fosse eleito Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica (CIPE) (2001-2003) e Presidente do 24º Congresso Brasileiro e Internacional de Cirurgia Pediátrica, realizado em Florianópolis, em novembro de 2003.

O Doutor Quaresma, com seu espírito de liderança e criatividade, sempre atuou e se destacou em várias áreas. Dentre suas atividades associativas, além da Presidência da CIPE, destacam-se: Presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM), da Sociedade Catarinense de Cirurgia Pediátrica, Vice-Presidente da Sociedade Catarinense de Cirurgia Pediátrica e Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira (Região Sul).

Quando no exercício da Presidência da Unimed Grande Florianópolis, de 1990 a 1994, seu pioneirismo e espírito empreendedor levaram-no a criar a Unicred de Florianópolis, em 1993, e a Unicred Central de Santa Catarina, em 1994, cooperativas de crédito que viabilizaram o progresso e a evolução tecnológica de médicos e estabelecimentos assistenciais em nosso estado, instituições das quais foi presidente.

Destacou-se tanto no cooperativismo que foi eleito Presidente do Conselho Deliberativo da Tecnocred Soluções Tecnológicas, empresa de tecnologia da informação das Centrais Unicreds de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (2004-2005). Ainda na esfera cooperativista e previdenciária, fundou a Quanta Previdência Unicred em 2004, sistema de previdência complementar que tem tido crescimento vertiginoso no país, e a Corretora Unicred, em 2008, entidade que preside com grande competência.

Teve como consequência natural, o convite para ser Conselheiro do Congresso de Gestão da Previdência da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, função que exerceu de 2005 à 2010.

Em abril de 2010, foi eleito e assumiu a Presidência da Confederação Nacional de Unicreds Centrais - Unicred do Brasil, para um mandato de quatro anos, sendo o primeiro médico de Santa Catarina a exercer esse cargo.

Desde 1984, foi médico legista do Instituto Médico Legal de Santa Catarina, estando hoje aposentado. Homem de ações pragmáticas, costuma dizer que tudo o que conseguiu realizar na vida é porque "sou médico."

Dentre as inúmeras homenagens recebidas ao longo de sua carreira, a que mais emocionou foi a outorgada pela Direção do HJG, em 1989, através de Diploma de Mérito, "pelo desempenho e espírito de humanidade quando coordenou e participou do atendimento dado às vítimas de um grande acidente de trânsito."

Casado, desde 1980, com a Sra. Solange Santos, tem nas filhas Letícia, Denise, Patrícia e na neta Luisa, sua razão de viver.

O Doutor Quaresma, por sua trajetória de vida e por contribuição dada ao desenvolvimento da medicina em Santa Catarina e País, foi acolhido Membro Titular da Academia de Medicina do Estado de Santa Catarina, ocupando a cadeira de número 19.

Pelo exposto, em se tratando de profissional que dedica a sua vida e paixão pelo estado de Santa Catarina, salvando vidas e exercendo trabalho em prol da nossa saúde, solicitamos a aprovação dos nobres Parlamentares, para que o Doutor Euclides Reis Quaresma receba o merecido título de cidadão catari nense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 177/12

Dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal, que liga os municípios de Ipumirim e Xavantina, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a estadualizar a estrada que liga os municípios de Ipumirim e Xavantina.

Art. 2º A estrada de que trata o artigo anterior terá uma extensão de 30 (trinta) quilômetros.

Art. 3º Fica ainda autorizado o Governo do Estado a realizar todas as obras necessárias para a sua restauração, pavimentação e conclusão.

Art. 4º A estrada de que trata o art. 1º terá a classificação de "Rodovia SC".

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente

Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A referida estrada tem início/fim na localidade hoje conhecida como Linha das Palmeiras e passa pelas Vilas São Rafael e Bom Sucesso com uma extensão aproximada de 30 (trinta) quilômetros, diminuindo desta forma a distância entre os Municípios de Irani, Lindóia do Sul, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Faxinal dos Guedes e Chapecó.

Os Municípios por si só não dispõem de recursos próprios para a manutenção e conservação da estrada o que ressalta a reivindicação da população para a sua estadualização o que contribuirá para o progresso dos municípios, além de facilitar o traslado da população agrícola dentre outras atividades realizadas.

Vale ressaltar que a Rodovia dá acesso a centenas de propriedades rurais, todo movimento agropecuário, escoamento da produção de leite, suinocultura, avicultura e agricultura, e ainda cabe mencionar a beleza exuberante daquela importante área turística de nosso Estado catarinense, o que por si só justifica qualquer investimento em virtude do seu alto índice de produção.

Portanto, entendemos que a estadualização da estrada proporcionará um fluxo mais ativo de cargas e passageiros naquela localidade, barateando o frete e aumentando a competitividade dos produtos ali produzidos, gerando mais riquezas para o nosso Estado, bem como, implicará em ganho de qualidade de vida para a população das comunidades que por ali trafegam.

Tendo em vista o alcance benéfico deste Projeto de Lei e do relevante caráter social, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 178/12

Declara de utilidade pública a Associação Jaraguense de Aquicultores.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Jaraguense de Aquicultores, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Jaraguense de Aquicultores, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Trata-se de uma entidade de fins não econômicos, fundada em 13 de Julho de 1999, tendo por finalidade a representação, apoio, ensino e pesquisa em trabalhos de interesse da aquicultura local e catarinense.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 179/12

Declara de utilidade pública o Instituto de Excelência Internacional - América Latina - CEIAL, de Xaxim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Excelência Internacional - América Latina - CEIAL, com sede no município de Xaxim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões
 Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
 Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública o Instituto de Excelência Internacional - América Latina - CEIAL, com sede no município de Xaxim-SC.

Trata-se de uma entidade de fins não econômicos, fundada em 01 de Maio de 2010, tendo por finalidade a promoção em alto nível da interdisciplinaridade na educação sobre os direitos humanos, pesquisa, treinamento e cultura.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 180/12

Revoga as Leis nºs 6.247, de 5 de julho de 1983, e 11.312, de 28 de dezembro de 1999, que declararam de utilidade pública o Clube da Lady, de Armazém.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 6.247, de 5 de julho de 1983, e 11.312, de 28 de dezembro de 1999, que declararam de utilidade pública o Clube da Lady, de Armazém.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
 Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente
 Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo tendente a revogar plenamente as Leis nºs 6.247, de 5 de julho de 1983, e 11.312, de 28 de dezembro de 1999, que declaram de utilidade pública o Clube da Lady, de Armazém.

Isto porque, após diversas diligências inatendidas, inclusive por A.R., pode-se afirmar que a entidade encontra-se sem exercer suas respectivas atividades (Of. nº 0379.7/2008, em anexo), razão pela qual as Leis que a declaram de utilidade pública merecem ser revogadas.

Sendo assim, impõe-se a esta Casa de Leis a revogação das Leis nºs 6.247, de 5 de julho de 1983, e 11.312, de 28 de dezembro de 1999, para que sejam expungidas definitivamente do ordenamento jurídico estadual.

É o que peço aos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 181/12

Obriga as Auto Escolas do Estado de Santa Catarina a incluir disciplina versando sobre o uso de bicicletas como meio de transporte.

Art. 1º As Auto Escolas do Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a incluir nos currículos disciplina versando sobre o uso de bicicletas como meio de transporte.

Art. 2º A disciplina a que se refere o artigo anterior deverá ter aulas práticas com guia pelas ruas da cidade, com a finalidade de despertar o interesse dos alunos pela bicicleta como meio de transporte.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
 Sessão de 16/05/12

JUSTIFICATIVA

A bicicleta é um meio de transporte viável para pequenas e médias distâncias e quando integrada a outros modos, permite atingir vários destinos. Agrega atributos que contribuem na democratização do uso da via pública, com redução do custo nos deslocamentos diários, além de favorecer a saúde da coletividade e o ambiente urbano. O principal objetivo desta proposição é estimular a escolha da bicicleta como modo de transporte, possibilitando a inclusão da bicicleta como mais uma opção importante de transporte.

Entendo Senhores Deputados, que esta medida contribuirá para a evolução de sociedade catarinense e dada sua importância, conto com o apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0032/2012

No art. 1:

Onde se lê:

"...conforme discriminado no Anexo II do presente Projeto de Lei."

Leia-se:

"...conforme discriminado no Anexo II desta Lei."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, conforme art. 190 do Regimento Interno desta Casa.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 032/2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atendimento do Programa Caminhos do Desenvolvimento, conforme discriminado no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo I desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, às atualizações monetárias e a outros ajustes previstos contratualmente.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa.

Art. 3º Para a garantia do principal e dos acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer cotas das suas receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da mesma Carta, e os créditos previstos na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, devendo o banco centralizador das receitas estaduais anuir à sistemática de débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa Caminhos do Desenvolvimento.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. O Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (art. 115, § 2º da CE)

EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS	JUROS	EM R\$ 1,00
			AMORTIZAÇÕES
2012	130.914.000,00	9.292.622,52	-
2013	183.239.000,00	23.092.622,71	-
2014	181.485.000,00	36.785.295,41	27.535.444,44
2015	115.362.000,00	41.533.647,46	81.191.995,24
2016	-	36.018.743,75	82.565.352,38
2017	-	29.529.415,19	82.565.352,38

2018	-	23.143.886,88	82.565.352,38
2019	-	16.758.358,57	82.565.352,38
2020	-	10.406.455,70	82.565.352,38
2021	-	3.987.301,95	82.565.352,38
2022		45.197,05	6.880.446,03
2023			
2024			

2025			
2026			
2027			
2028			
2029			
2030			
T O T A L		611.000.000,00	230.593.547,20
			611.000.000,00

ANEXO II

EM R\$ 1,00

USOS		
PROGRAMAS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO		
Novos Caminhos Catarinenses e Caminhos da Mobilidade Urbana	BNDES	344.617.000,00
	Recursos Próprios	45.138.000,00
	TOTAL	389.755.000,00
Caminhos da Modernidade	BNDES	70.998.000,00
	Recursos Próprios	8.059.000,00
	TOTAL	79.057.000,00
Caminhos da Justiça e Cidadania	BNDES	50.385.000,00
	Recursos Próprios	6.803.000,00
	TOTAL	57.188.000,00
Caminhos de Prevenção de Desastres Contra as Cheias	BNDES	100.000.000,00
	Recursos Próprios	33.024.000,00
	TOTAL	133.024.000,00
Caminhos de Prevenção de Desastres Contra as Secas	BNDES	45.000.000,00
	Recursos Próprios	15.000.000,00
	TOTAL	60.000.000,00
FONTES		
Recursos Próprios		108.024.000,00
Sistema BNDES/FINEM		611.000.000,00
TOTAL		719.024.000,00

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0010/2012

No art. 2º e art. 11-B:

Onde se lê: "...São Miguel do Oeste..."**Leia-se:** "...São Miguel d'Oeste..."

No art. 11-C:

Onde se lê: "...Monte Carlos,"**Leia-se:** "...Monte Carlo,"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa corrigir a grafia da denominação dos Municípios.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 010/2012

Institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 2º A Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 2º As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado serão compostas por um núcleo metropolitano e uma área de expansão metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os Municípios de Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, Lages, Itajaí, Criciúma, Tubarão, Chapecó, São Miguel d'Oeste e Joaçaba.

Art. 4º Incluem-se nas Áreas de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado os municípios que:

Art. 11-A O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Chapecó será integrado pelos Municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, São Carlos, Saudades, Seara, Xanxerê e Xaxim.

Art. 12. Os municípios criados em decorrência de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado passarão também a integrá-las." (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 495, de 2010, passa a vigorar acrescida dos arts. 11-B e 11-C, com a seguinte redação:

"Art. 11-B O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Extremo Oeste será integrado pelos Municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste e Tunápolis.

Parágrafo único. A Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Extremo Oeste será integrada pelos Municípios de Abelardo Luz, Anchieta, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Coronel Martins, Entre Rios, Formosa do Sul, Galvão, Ipuçu, Irati, Jardimópolis, Modelo, Mondai, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Riqueza, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos.

Art. 11-C O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Contestado será integrado pelos Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiama, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castello Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tilias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortéa."

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***